



Anais da Assembléia

Nº 141

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 30 DE NOVEMBRO DE 1994

ANO XX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI

Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO

1º Vice-Presidente - PTB

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO

2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY

1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO

2º Secretário - PP

BASÍLIO ZANUSO

3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI

4º Secretário - PSDB

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL	Deputado NELSON GARCIA
PDT	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado HEINZ GEORG HERWIG
PT	Deputado OVÍDIO JOSÉ CONSTANTINO
PL	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - José Afonso Júnior - José Durval Mattos do Amaral - José Tavares da Silva Neto - Luiz Carlos Cafo Quintana; **Suplentes:** Eurides Moura - Oswaldo Trevisan - Luiz Henrique Bona Turra - Nereu Alves de Moura - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP** - 11: João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Júlio Bifon - Antônio Costenaro Neto - Antônio Martins Annibelli - Duílio Genari; **PFL** - 05: Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia - Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppe Filho; **PDT** - 07: Algaci Ormário Túlio - Emília de Salles Belinati - Paulo Maia de Oliveira - Nair Alcides Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins - Valdir Luiz Rossoni; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mário Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PSDB** - 03: Alceu Antônio Swarowski - Heinz Georg Herwig - Cezar Augusto Carollo Silvestri; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PTB** - 12: Erondy Silvério - Anibal Khury - Ademar Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca - Lourenço Fregonese - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Hermas Eurides Brandão - Luiz Antonio Setti - Nilton César Servo; **Suplente:** Geraldo Atsumi Yamada; **PT** - 03: Ovídio José Constantino - Emani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Pérides de H. Mello; **PL** - 01: José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha.

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA
ATA DA 109.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 1994

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Anibal Khury e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Costenaro Neto, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Afonso Júnior, José Tavares, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Nelson Garcia, Nelson Justus, Wilton Barbosa, Nilton Servo, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Toti Colaço e Rossoni (45). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dalton Machuca, Durval Amaral, Elío Rusch, Emilia Belinati, José Arthur Ritti, Neivo Beraldin e Severino Félix (09).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a
S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2646

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a preferência para a discussão e votação do Projeto de Lei nº 272/94 constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 30.11.94

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 2647

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência para discussão e votação para os Projetos de Resolução nºs 048, 049 e 050/94, todos constantes da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 30.11.94

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO Nº 2648

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a preferência para a discussão e votação do Projeto de Lei nº 325/94 constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 30.11.94

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO Nº 2612

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, destaque para votação da Emenda Substitutiva Geral ao Projeto de Lei nº 327/91 apresentada em 16.11.94, pelo Sr. Deputado Anibal Khury e outros, com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Sessões, em 30.11.94

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO Nº 2613

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso das prerrogativas que lhe são conferidas, e com fulcro no art. 171, § 2º do Regimento Interno deste Poder Legislativo, REQUEREM destaque para votação das emendas nº 4,5,6,7,8,11,12 e a subemenda supressiva nº 2 ao Substitutivo Geral sobre Projeto de Lei nº 327/91.

Sala das Sessões, em 30.11.94

(aa) OVÍDIO CONSTANTINO
 DOUTOR ROSINHA
 ERNANI PUDELL

REQUERIMENTO Nº 2649

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, com fundamento no disposto pelo § 2º do artigo 171 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, destaque para a discussão e votação do Projeto de Lei nº 345/94, Mensagem Governamental nº 116/94, de autoria do Poder Executivo, constante na Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 30.11.94

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO Nº 2633

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário inclusão na Ordem do Dia na próxima Sessão, do Projeto de Lei nº 296/94. O Projeto está em Regime de Urgência, desde 21.11.94 e com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Sessões, em 30.11.94

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO Nº 2640

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 013/94, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que cria a Faculdade Estadual do Município de São José dos Pinhais.

Sala das Sessões, em 30.11.94

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 2614

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, ouvido o Plenário e com fundamento no art. 132, parágrafo 2º, inciso VIII, o adiamento da discussão ou da votação por 3 (três) sessões da Proposição nº 389/94.

Sala das Sessões, em 30.11.94

(a) COLOMBINO GRASSANO

JUSTIFICATIVA:

Não é compreensível que neste espaço de transição entre o Governo que chega e o que sai; entre as opiniões divididas por um elaborado "plano de cargos e salários" e um aumento linear; entre a opinião da administração pública e dos sindicatos dos funcionários; entre a escolha de prioridades futuras que inclui o controle de despesas, inclusive no funcionalismo; sem que sequer tenha chegado a Assembléia a proposta dos Poderes Executivo e Judiciário, o Tribunal de Contas majore as tabelas de vencimentos do cargo isolado de Consultor Técnico, dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos servidores ativos e inativos daquele órgão.

Acrescente-se a isso que a emenda flagrantemente inconstitucional da C.C.J., não sabe porque, criou mais sete (07) cargos em Comissão.

REQUERIMENTO Nº 2644

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário o adiamento por 05 (cinco) sessões do Projeto de Lei nº 707/94, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 30.11.94

(a) DUÍLIO GENARI

REQUERIMENTO Nº 2617

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 30.11.94

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2622

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de pesar, pelo falecimento do Senhor João Piturra, ocorrido dia 16 de novembro.

O Senhor João, com seu falecimento, deixou amigos e parentes com saudades e enlutados.

Requer ainda, que a decisão desta Casa seja dada ciência à família enlutada, à Rua José Primor, 676 - Bairro de Uvaranas, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 30.11.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 2601

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja formulado e inserido na Ata dos trabalhos deste Poder, votos de congratulações ao eminente advogado Doutor RONALDO BOTELHO, Secretário de Justiça e Cidadania do Paraná, pela posse no cargo de Presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.

Que do teor do presente dê-se ciência, além do homenageado, ao Ministro de Estado da Justiça.

Sala das Sessões, em 30.11.94.

(a) ALGACI TÓLIO

JUSTIFICATIVA:

Líder estudantil nos anos 60, o Doutor Ronaldo Botelho exerceu de maneira brilhante funções no Ministério Público Paranaense e no magistério superior. É considerado um dos melhores quadros da cena jurídica do nosso Estado, razão por que, inclusive, foi escolhido para responder pela Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania no atual Governo.

Humanista notório, o Doutor Ronaldo Botelho é um estudioso da política crimi-

nal e penitenciária, condições que têm lhe valido um extraordinário desempenho frente à pasta da Justiça do Paraná.

Agora, por indicação do Senhor Ministro da Justiça, Alexandre Dupeyrat, o Doutor Ronaldo Botelho integra o Conselho Nacional que trata de tal política e, por voto dos integrantes desse órgão, exercerá por dois anos a sua presidência.

Tal delegação é da mais elevada importância e, por isso, digna de nota nos Anais da Assembléia Legislativa.

REQUERIMENTO Nº 2602

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido em Ata da presente Sessão, votos de congratulações e o envio de cumprimentos ao Excelentíssimo Senhor PEDRO ISAIAS BLUM, Digníssimo Prefeito Municipal de Ipiranga, pela data que assinala a 07 de dezembro do ano em curso a passagem do 100º aniversário de Emancipação Político-Administrativa daquele próspero município paranaense.

Requer ainda, que as manifestações em apreço sejam extensivas ao Senhor HELVIN KRUGER, Mui Digno vice-Prefeito Municipal, ao Vereador ILSON FERNANDO ROTH, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal e demais membros daquele Legislativo: Vereadores AMAURI CESAR BLUM, ANTONIO KOSMAN, ERNESTO TRAUT, FAUSTO GREIN TAQUES, JACKSON CARLOS C. MOREIRA, LUIZ FERNANDO BETINARDI, SINGUARDO WITZKI e WILSON GUSE, e ao Doutor LUIS ORLANDO BORGES ALBUQUERQUE, Meritíssimo Juiz de Direito daquela Comarca e Doutor ROBERTO OURIQUES, Digníssimo Promotor de Justiça e demais autoridades representativas.

A presente proposição representa uma justa homenagem a Ipiranga, um progressista município da Região dos Campos Gerais que, desmembrado do município de Ponta Grossa foi elevado à categoria de Distrito em 1890 e a nível de município em 07.12.1984, pela Lei nº 115.

Abençoado pela padroeira Nossa Senhora da Imaculada Conceição, o Município₂ de Ipiranga possui a área de 984.708 km² e limita-se com os municípios de Imbituva, Ivaí, Ponta Grossa, Teixeira Soares e Tibagi.

Município hospitaleiro e cordial, seu clima é subtropical úmido mesotérmico, de ventos frescos e com ocorrência de geadas severas e freqüentes, não apresenta estação seca e a média da temperatura nos meses mais quentes é superior a 22°C e nos meses mais frios é inferior a 18°C.

Sede de Comarca, o município possui população superior a 13.000 habitantes e sua economia baseia-se, principalmente, na

agricultura e pecuária.

Isto posto, pelos cem anos de emancipação político-administrativa de Ipiranga, o Parlamentar que este subscreve, regozija-se e expressa seu contentamento, buscando compartilhar com toda a população que, pela labuta e esperança, fizeram de Ipiranga uma das estrelas mais brilhantes a luzir nos céus do Paraná.

Da decisão do Plenário, requer ainda, seja dada ciência às autoridades anteriormente citadas.

Sala das Sessões, em 30.11.94.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO Nº 2604

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Município de BITURUNA, pela passagem de seus 39 anos de Emancipação Política.

Outrossim, requer que da decisão da Casa seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor LAURO AGOSTINI, Prefeito Municipal, ao vice-Prefeito, Senhor AVELINO ROVEDA, bem como a todos os Senhores Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de BITURUNA.

Sala das Sessões, em 30.11.94

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A hospitaleira cidade de Bituruna, no próximo dia 14 de dezembro, estará comemorando seu 39º aniversário de Emancipação Política.

Todo o esforço de seus administradores de todos os tempos, já está apresentando surpreendentes resultados, como se poderá verificar pelo crescente progresso do Município.

O aniversário de Bituruna diz muito a todos nós paranaenses que amamos nossa terra e a ela devotamos o melhor de nossas energias.

Com todo o respeito que o povo de Bituruna é merecedor, a Assembléia Legislativa do Paraná, através deste Parlamentar, renova sua homenagem de gratidão e reconhecimento na certeza de que continuará dando o melhor de seu esforço pelo desenvolvimento cada vez mais crescente do seu Município.

REQUERIMENTO Nº 2605

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em Ata, dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Município de PAULA FREITAS pelo

transcurso de seu 30º aniversário de Emancipação Política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor JORGE JAMIL GABARDO, Prefeito Municipal, ao vice-Prefeito, Senhor ADILSON LUIZ OLIVETTI, bem como a todos os Senhores Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de PAULA FREITAS.

Sala das Sessões, em 30.11.94.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É possível sentir e viver hoje a transformação de Paula Freitas, com seu crescimento, com seus administradores preocupados e compromissados com as mudanças que estão a promovê-las, sempre contando com o apoio e a participação de seu povo exultante de contentamento com o progresso e a qualidade de vida da população eminentemente trabalhadora.

A história de Paula Freitas é uma história de trabalho cujo evento marca, além do seu registro, uma Paula Freitas renovada pela fibra de seu povo ao longo desses anos.

O aniversário de Paula Freitas diz muito a todos nós, paranaenses que amamos a nossa terra e a ela devotamos o melhor de nossas energias.

Ao contentamento de toda a população, une-se o Poder Legislativo, através deste Deputado, para prestar uma homenagem de gratidão e reconhecimento. Homenagem esta, que é extensiva aos seus administradores de todos os tempos.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, renovando seu reconhecimento a toda a população de Paula Freitas, parabeniza a comunidade, na certeza de que o sucesso é fruto de muito trabalho.

Portanto, o dia 08 de dezembro será festivamente comemorado por toda a população de PAULA FREITAS, por ser data magna do Município.

REQUERIMENTO Nº 2606

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos ao Município de PORTO VITÓRIA, pela passagem de seu 30º aniversário de Emancipação Política.

Outrossim requer, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal OTÁVIO JOSÉ SCHEID, ao vice-Prefeito, Senhor FRANCISCO XAVIER KAMPMANN, bem como a todos os Senhores Vereadores que, em nome do Poder Legislativo do Paraná, cumprimentem a la-

boriosa população de PORTO VITÓRIA.

Sala das Sessões, em 30.11.94.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

No próximo dia 08 de dezembro, a hospitaleira cidade de Porto Vitória estará comemorando seu 30º aniversário de Emancipação Política.

Ao contentamento de toda a população, une-se o Poder Legislativo, através deste Deputado, para prestar uma homenagem de gratidão e reconhecimento. Homenagem esta, que é extensiva aos seus administradores de todos os tempos. Pois, temos certeza que o atual Prefeito não mede esforços para conduzir da melhor maneira possível, os destinos de PORTO VITÓRIA.

É com muito orgulho que a população de PORTO VITÓRIA irá comemorar o seu 30º aniversário de Emancipação Política.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, parabeniza toda a comunidade de PORTO VITÓRIA pela bravura com que enfrentam as dificuldades que sabemos, são inúmeras, mas com muito trabalho e perseverança serão recompensados.

REQUERIMENTO Nº 2607

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Dr. Luiz Alberto Martins de Oliveira pela instalação do anel de fibra ótica no Estado do Paraná.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Dr. Luiz Alberto Martins de Oliveira, Presidente da TELEPAR, para que receba e transmita a todos os Diretores e Assessores o reconhecimento do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O anel de fibra ótica que a TELEPAR vai instalar no Estado utilizando as torres de transmissão de energia da COPEL constitui o terceiro grande Salto Tecnológico nas Telecomunicações do Paraná.

O primeiro foi na década de setenta quando foi criada a rede de microondas para a telefonia interurbana, acabando com a espera de horas para uma ligação.

O segundo está sendo dado este ano, com a nova rede de microondas em tecnologia digital, triplicando a capacidade atual de transmissão de voz e dados, que será complementado com o anel ótico, dotando todo o sistema de maior confiabilidade e capacidade, com a abertura de mais canais para o crescente tráfego interurbano, ampliando o leque de serviços de

transmissão de voz, de dados e de imagens.

A assinatura do protocolo de cooperação entre a TELEPAR e a COPEL, no Palácio Iguaçu, na presença do Governador Mário Pereira, além de possibilitar a concretização desse importante avanço tecnológico, num setor de importância vital para o desenvolvimento do Estado, tanto no campo econômico quanto no campo social, assinala a conscientização de que telecomunicações não são um problema só da TELEPAR ou do Sistema TELEBRÁS, mas preocupação de toda a sociedade paranaense.

Sem eficientes meios de telecomunicações em todos os níveis, desde as chamadas telefônicas pessoais até as complexas transmissões de dados e imagens, todos os projetos de desenvolvimento são comprometidos, especialmente quando em todo o mundo há uma desenfreada corrida pelo domínio das supervias da informação.

Há, todavia, um quarto passo igualmente importante dado este ano pela TELEPAR, é o esforço empreendido pela atual Diretoria presidida por um ex-membro desta Casa, Luiz Alberto Martins de Oliveira, para a recuperação da empresa.

Com uma firme política de austeridade, a TELEPAR logrou obter um lucro líquido de 54 milhões de reais nos primeiros nove meses do ano.

Esse resultado operacional positivo está possibilitando a TELEPAR a acelerar os seus programas para ampliar substancialmente o atendimento à demanda de telefonia convencional e celular e a dotar o Paraná do que há de mais moderno no mundo em termos de telecomunicações.

Esse esforço compreende a adoção de novos procedimentos especialmente no campo das parcerias como forma de viabilizar investimentos no setor.

Em caráter pioneiro a TELEPAR lançou o programa de videoconferência e está concluindo os estudos para a implantação da telefonia comunitária e, também em caráter inovador, está prestes a lançar o balcão de locações, que possibilitará o acesso de amplos segmentos da população ao uso do telefone.

Trago ao registro desta Casa estas considerações como voto de incentivo à continuidade dos trabalhos da TELEPAR pela importância vital que têm as telecomunicações para o processo de desenvolvimento no Estado. Este esforço assegura ao Paraná o suporte necessário para um novo surto de crescimento econômico e melhoria de qualidade de vida para os paranaenses.

REQUERIMENTO Nº 2608

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja con-

signado, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Florai, pela passagem de seus 38 anos de Emancipação Política.

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência ao Excelentíssimo Senhor Antonio Freire Munhoz, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Senhor Antonio Peron Filho, bem como a todos os Senhores Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Florai.

Sala das Sessões, em 30.11.94.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

No próximo dia 15 de dezembro/94, o Município de Florai estará comemorando seu 38 aniversário. Tendo à frente o Prefeito Antonio Freire Munhoz, que, temos certeza, continuará desenvolvendo o importante trabalho em prol do bem comum de toda a população que com esforço e dedicação dá sua parcela de contribuição para o progresso do município.

Toda a população de Florai é credora de nossa homenagem e reconhecimento.

Temos absoluta certeza que o Município de Florai com seus administradores de todos os tempos preocupados e comprometidos com o bem estar da população tudo farão para o desenvolvimento do município.

Ao contentamento da população de Florai, une-se o Poder Legislativo do Paraná, por intermédio deste Deputado, na certeza de que o progresso é fruto do trabalho diuturno de seu povo.

REQUERIMENTO Nº 2609

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de São Carlos do Ivai, pelo transcurso do seu 38º aniversário de Emancipação Política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Excelentíssimo Senhor Antonio Rubens Primão, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Pedro Solera, bem como a todos os Senhores Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de São Carlos do Ivai.

Sala das Sessões, em 30.11.94.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Quando o Município de São Carlos do Ivai completa seus 38 anos de emancipação política, vemos com muita alegria que o esforço, a dedicação e o trabalho diuturno desenvolvimento por seus administradores de todos os tempos não foi em vão, mas

contribuiu para despertar a crença num futuro voltado ao progresso cada vez maior daquela região.

Portanto, a significativa data de 16 de dezembro que assinala os 38 anos de São Carlos do Ivaí, queremos prestar nossa homenagem de gratidão e reconhecimento a essa laboriosa população.

Ao contentamento de toda a população de São Carlos do Ivaí, o Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado se associa como representante do povo, na certeza de que continuarão o importante trabalho para a grandeza do seu município.

REQUERIMENTO Nº 2616

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, seja consignado na Ata dos trabalhos desta sessão, voto de congratulações pela reeleição do Dr. João Elísio Ferraz de Campos à Presidência da Federação Nacional das Empresas de Seguros e de Capitalização do País.

O Presidente João Elísio é empresário que honra o nosso Estado.

Mescla sua capacidade empresarial com feitos obtidos na função pública.

Foi Deputado Estadual.

Foi Governador do Paraná substituindo José Richa.

Seus governados - no caso os paranaenses - lembram-se de sua devoção à causa pública e do seu desprendimento quanto aos seus interesses pessoais.

Hoje, quando pelo reconhecimento de seus méritos é guindado pelos seus Pares à condução de empresas que investem em setor importante da iniciativa privada, necessário ressaltar nesta Casa os méritos de um dos seus mais brilhantes homens públicos que honraram esta Casa Legislativa.

É o que se requer, com a conseqüente comunicação ao beneficiário deste louvor.

O Sr. João Elísio Ferraz de Campos.

Sala das Sessões, em 30.11.94.

(a) COLOMBINO GRASSANO

REQUERIMENTO Nº 2618

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, um voto de congratulações, pela posse da Nova Diretoria da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores Regional do Paraná, cumprimentando o seu Diretor Regional Dalton Zeni Rispoli, almejando sucesso no desenvolvimento da sua missão.

Sala das Sessões, em 30.11.94

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A FENABRAVE, é uma entidade por demais

respeitada pelo trabalho que desenvolve, entre os distribuidores de veículos automotores. A sua direção regional terá agora, os seguintes diretores: Diretor Geral Regional, Dalton Zeni Rispoli, e os diretores regionais: Daniel Russi Filho, Fábio Ciuffi, Jefferson P. Casagrande e Juarez F. Cerbatto. Desejamos à nova diretoria todo o sucesso possível na administração da FENABRAVE Regional.

REQUERIMENTO Nº 2619

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido em Ata dos trabalhos, desta Sessão, voto de louvor, congratulações e muito aplauso à Associação de Proteção à Maternidade e à Infância Saza Lattes, que comemora 40 (quarenta) anos de sua fundação, a qual se deu em 29 de outubro de 1954. Com sede em Curitiba, desenvolve um trabalho em prol da população de baixo poder aquisitivo, através de programas integrados nas áreas de Educação e Saúde. Profissionalização e Geração de Rendas, dignificando a mulher e a família. São 270 (duzentos e setenta) profissionais que prestam serviços nas unidades distribuídas pela cidade, oferecendo atendimentos médicos, odontológicos, profissionalizante e de promoção social, sem fins lucrativos, com administração própria e autônoma. Por tratar-se de uma entidade que sempre dedicou-se aos mais carentes, é de se destacar este marco, dos 40 anos de vida. Estendemos estes cumprimentos a toda a sua Diretoria, seu corpo de funcionários e voluntários, desejando muito sucesso a todos. Esta Casa deve manifestar-se, através deste voto de louvor, como forma de engrandecer àqueles que somam esforços em prol do bem comum!

Sala das Sessões, em 30.11.94

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2621

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações ao Supermercado Tozzeto, pela inauguração de mais uma unidade em Ponta Grossa.

O Supermercado Tozzeto é um dos maiores e mais modernos da cidade e empregará várias centenas de funcionários, contribuindo assim para o desenvolvimento de Ponta Grossa.

Requer ainda que a decisão desta Casa, seja dada ciência ao Supermercado Tozzeto, bem como aos demais Diretores, Proprietários e Funcionários do Supermercado, sito à Av. Monteiro Lobato, 1951, Jardim Carva-

lho em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 30.11.94

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 2631

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de congratulações à família Tozzetto pela inauguração de seu segundo Supermercado na cidade de Ponta Grossa, ocorrida em 28 de novembro próximo passado.

Há quarenta e três anos, o Sr. Cyro Tozzetto, juntamente com seu cunhado, Sady Lievore, assumiram o então Armazém Tozzetto, criando a empresa Tozzetto e Cia.

Ampliaram a gama de produtos oferecidos e continuaram a tradição de bom atendimento e preços menores que a concorrência, até que em 1972, inauguraram o primeiro Supermercado Tozzetto.

Com a idéia de crescer sempre, mas com recursos próprios, em 15 de setembro de 1986 é inaugurado em Ponta de Grossa seu maior e mais moderno supermercado: o Tozzetto.

A partir de 1990, o Tozzetto começa a pensar em uma nova loja, entregue aos moradores de Ponta Grossa na data supracitada, sendo uma das mais modernas lojas do Paraná, oferecendo toda infra estrutura necessária para que todos possam fazer suas compras com tranqüilidade e segurança.

Sala das Sessões, em 30.11.94

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO N° 2635

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER voto de congratulações ao Exmo. Sr. Doutor Sérgio Rodrigues, Juiz de Direito da 1.ª Vara Cível e Juiz Eleitoral da Comarca de Maringá, pela honraria que estará recebendo no dia 02 de dezembro do corrente, pelo Legislativo e o Executivo do Município de Maringá.

Sala das Sessões, em 30.11.94

(a) JOÃO PREIS

REQUERIMENTO N° 2638

Senhor Presidente.

REQUER, na forma regimental o Deputado que este subscreve, a inserção na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de votos de louvor e congratulações, com a União dos Escoteiros do Brasil que, no próximo dia 4 de dezembro completa 70 anos de fundação, embora o escotismo esteja presente no Brasil desde 1910.

"Mais escoteiros, melhores cidadãos", é a mensagem final do convite que o Estado do Paraná e esta Casa fazem para comemo-

rar, solenemente, essa tão importante data. E realmente, é o que tem feito esse movimento em todo o mundo, que é reconhecido como instituição destinada à educação extra-curricular pelo Decreto-Lei Federal n° 8.828/46. O caráter educacional do Movimento Escoteiro, moldando o caráter de milhares jovens brasileiros, merece ser louvado, apoiado e incentivado neste nosso País, tão rico e dadivoso na natureza, mas tão pobre quanto a formação moral de sua gente.

A União dos Escoteiros do Brasil atende, no Brasil a mais de 60 mil jovens com um contingente de 20 mil voluntários. No Paraná são 6 mil jovens e 3 mil adultos.

Por tudo quanto já fez nos 70 anos passados, pelo que está realizando e pelo muito que ainda fará, é justa a homenagem deste Poder Legislativo à União dos Escoteiros do Brasil.

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, que da mesma seja dado conhecimento ao Presidente da União dos Escoteiros do Brasil, Dr. Mário Henrique Peters Farinon e ao Vereador Paulo Salamuni, Presidente da U.E.B. - Seção do Paraná.

Sala das Sessões, em 30.11.94

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 2639

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à douta Mesa Executiva, a inserção, na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de votos de louvor e congratulações com os responsáveis pela exposição que mostrará o trabalho, a técnica e a arte dos Pianos Essenfelder, a partir do próximo dia 2 de dezembro até 15 de março de 1995, na Casa Romário Martins em Curitiba.

A Fábrica de Pianos Essenfelder foi fundada em 1890 e, desde aquela época até o momento atual, vêm recebendo merecidos prêmios pela qualidade desse instrumento musical que fabricam. Em louvável iniciativa a Prefeitura de Curitiba, através da Fundação Cultural de Curitiba e Diretoria do Patrimônio Histórico, promovem a exposição que mostrará publicamente toda arte na fabricação dos Pianos Essenfelder.

Requer ainda, aprovado este requerimento, que do mesmo seja dado ciência aos promotores acima mencionados e ainda à Senhora Esther Essenfelder, Presidente da Fábrica de Pianos Essenfelder.

Sala das Sessões, em 30.11.94

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 2641

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a inserção de voto de congratulações, pela passagem do 30º Aniversário da Companhia de Informática do Paraná - CELEPAR.

Sala das Sessões, em 28.11.94

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A Companhia de Informática do Paraná - CELEPAR, é pioneira da informática pública brasileira, colaborando com o engrandecimento e o desenvolvimento do Paraná. Agilizando, o serviço público como editais, folha de pagamento do funcionalismo, carteiras de identidades, carteiras de motoristas e centenas de outros serviços públicos, a CELEPAR tornou-se um órgão indispensável ao desenvolvimento do Estado.

REQUERIMENTO Nº 2651

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, inserção em Ata de voto de congratulações e aplausos ao Dr. Ronaldo Botelho, Secretário de Estado da Justiça e Cidadania, pela nomeação para compor o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciário.

Sala das Sessões, em 30.11.94

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

A nomeação do Dr. Ronaldo Botelho, para compor o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciário, deu-se em função da boa relação de amizade com o Ministro da Justiça, que inclusive esteve visitando o nosso Estado, quando conheceu de perto a Penitenciária Estadual de Londrina, desenvolvendo grandes préstimos ao povo paranaense, pela sua dignidade, seriedade e desempenho no serviço público, que passou a ser referência nacional em função do baixo custo de sua construção e rapidez com que foi feita.

REQUERIMENTO Nº 2615

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento do Projeto de Lei nº 290/94, à Comissão de Redação, visto constar no mesmo o título de Cidadão Honorário, quando o correto é Cidadão Benemérito.

Sala das Sessões, em 30.11.94

(a) JOÃO PREIS

JUSTIFICATIVA:

O Projeto de Lei nº 290/94, concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Engenheiro Ayrton João Cornelsen, visto o mesmo ser natural de Curitiba, neste Estado, por um lapso constou Honorário e não Benemérito como seria o correto.

REQUERIMENTO Nº 2610

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado em caráter de urgência, ao Engenheiro Tarcísio Henrich, Superintendente Regional do Paraná da Rede Ferroviária Federal S/A, no sentido de determinar estudos para conservar os trilhos da Rede no trecho União da Vitória a Engenheiro Gutierrez e reativar o tráfego de trens para prevenir competitividade com o MERCOSUL.

Sala das Sessões, em 30.11.94.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

As autoridades, todos os segmentos da sociedade e a população em geral, dos Municípios de União da Vitória, Paula Freitas, Paulo Frontin, Mallet, Rio Azul, Rebouças e Irati não se conformam com a paralisação do tráfego e agora por último com a notícia da retirada dos trilhos do referido trecho.

Todos os segmentos da sociedade da região desejam a retomada e reativação dos trens, no sentido de reverter a situação com prioridade, pois estão sentindo o agravamento do problema com prejuízos incalculáveis com essa paralisação, além do trânsito pesado na Rodovia P.R.T. 158 (Rodovia Deputado Antonio Baby) prevemos a curto prazo a movimentação do MERCOSUL transportando a riqueza do país cortando essa região.

Lideranças políticas e a sociedade representativa, estão apreensivas com tal situação que na verdade têm gerado pânico em toda a região sul. O prejuízo com a retirada dos trilhos e a paralisação dos trens são incalculáveis, afetando a vida econômica e social, razão porque merecemos a determinação de estudos urgentíssimos no sentido de ser revisto este problema.

Um fato importante que deve ser levado em consideração é que a região sul tem dado sua cota de sacrifício e em contrapartida suas reivindicações mais primárias, às vezes são relegadas a um segundo plano. É preciso que se façam estas colocações para justificar claramente este pedido que não é nosso mas de toda a sociedade produtiva da região Sul do Paraná.

Temos certeza do acolhimento deste pedido para caminharmos juntos, irmanados com os mesmos propósitos para tentar conquistar um futuro promissor para a região Sul e o Estado do Paraná como um todo.

REQUERIMENTO Nº 2620

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor

Presidente da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, a fim de que se conclua com urgência a Segunda Etapa do Sistema de Captação e Elevação do Município de Nova Santa Rosa, que já se encontra em fase terminal.

Sala das Sessões, em 30.11.94.

(a) ÉLIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

A população do supra referido Município de Nova Santa Rosa vem defrontando-se constantemente com a falta de água no seu Sistema de Abastecimento e Distribuição, o que vem ocasionando desagradáveis transtornos e prejuízos às indústrias que utilizam-se do sistema.

Na temporada de verão, já próxima, o problema se agrava, já que o consumo de água é maior e mais constante, vindo a gerar um clima de grande insatisfação entre os consumidores locais.

Assim, objetiva-se através deste agilizar a conclusão das obras da Segunda Etapa de Captação e Elevação, já iniciadas e em fase final.

REQUERIMENTO Nº 2623

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial do Poder Legislativo à Secretaria de Estado da Segurança Pública, solicitando Policiamento Ostensivo Volante no bairro Capão da Imbuia, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 30.11.94.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento atende a pleito encaminhado pelos moradores da referida região, através de abaixo-assinado que segue anexo. Conforme poderá ser verificado, a população encontra-se insegura diante do grande número de arrombamentos e assaltos ocorridos no bairro Capão da Imbuia e vê na ação do projeto POVO uma medida para reduzir tais práticas.

REQUERIMENTO Nº 2624

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento nos finais de semana na Rua Palomeque, mais especificamente no horário de saída dos frequentadores da Danceteria Coração Melão. O pedido está sendo feito pelos moradores das proximidades, tendo em vista que há muita algazarra, muitos jovens saem embriagados quebrando garrafas e deixando

os cacos espalhados pela rua e calçadas do bairro, causando uma série de transtornos para todos que residem no bairro do Novo Mundo. Pede-se providências urgentes procurando-se evitar algum acontecimento mais grave.

Sala das Sessões, em 30.11.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2625

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de intensificar o policiamento nas proximidades da Rua Luiz Scussato - Jardim Independência - Fazendinha, tendo em vista a ocorrência constante de assaltos e arrombamentos. O pedido está sendo feito pelos moradores do local, os quais encontram-se muito apreensivos e pedem providências urgentes visando coibir a ação dos assaltantes.

Sala das Sessões, em 30.11.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2626

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de trocar a lâmpada queimada do poste localizado em frente ao nº 764 da Av. Ladislau Bugalski - Taboão do Barigüi. Pede-se também que sejam colocadas placas de sinalização ao longo das ruas do bairro, tendo em vista existir o Rio Barigüi, o qual situa-se numa curva e como a ponte é muito estreita, os motoristas não conseguem controlar seus veículos, muitas vezes caindo no mesmo. É necessário também sinalizar a curva perigosa da Av. Ladislau Bugalski pois muitos veículos já adentraram na residência localizada no 764.

Sala das Sessões, em 30.11.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2627

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido feito pelos moradores à Travessa Venezuela, proximidades do nº 90 - bairro Rio Verde, os quais solicitam reparos nessa rua, bem como limpeza das valetas. O pedido está sendo feito devido a rua encontrar-se em mau estado e as vale-

tas estarem com muita sujeira acumulada em consequência da enchente que lá ocorreu.

Sala das Sessões, em 30.11.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2628

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de esclarecer a Sra. Leli Belo Turra, proprietária do terreno de nº 24 da quadra 48 - Planta Conjunto Residencial Graciosa - Município de Pirajuara, sobre a indenização da desapropriação desse terreno. Ocorre que há quatro anos atrás a SANEPAR desapropriou o terreno e até a presente data a proprietária não foi indenizada e gostaria de saber informações de quando ela será realizada.

Sala das Sessões, em 30.11.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2629

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná S.A. - TELEPAR, no sentido de instalar um aparelho telefônico público no Posto de Saúde 24 horas localizado na Rua Heitor de Alencar Furtado, atrás da Igreja Campo Comprido. O pedido está sendo feito pelos moradores do local e também usuários daquele centro médico, os quais pedem que a solicitação seja atendida pois muitas pessoas serão beneficiadas.

Sala das Sessões, em 30.11.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2630

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de sanar o problema de falta de água no bairro do Abranches, tendo em vista que somente após às 23hs é que há pressão e a água chega nas caixas. O pedido está sendo feito pelos moradores da Rua Manoel Aranha, uma vez que muitos transtornos são causados a todos.

Sala das Sessões, em 30.11.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2632

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo na Rua Álvaro Moleta, localizada no bairro Pilarzinho. O pedido está sendo feito pelos moradores do local, tendo em vista os desocupados que por lá circulam dia e noite, fazendo uso de drogas e causando muitos transtornos a toda população. Pedem urgência no atendimento, pois os moradores estão muito apreensivos.

Sala das Sessões, em 30.11.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2634

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, no sentido de atender o pedido dos moradores à Rua Miguel Grassi, proximidades do nº 408 - Jardim Soraya, os quais solicitam reparos nessa rua devido a mesma encontrar-se em péssimas condições, causando uma série de transtornos a todos que nela necessitam transitar. Pedem que o pedido seja atendido uma vez que toda a comunidade será beneficiada.

Sala das Sessões, em 30.11.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2636

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de mensagem à Diretoria do Diretório Central de Estudantes da Universidade Federal do Paraná pela posse ocorrida em 25 de novembro do corrente, e desejando um bom trabalho durante o mandato, avançando dessa forma no processo de democratização do ensino em nosso País.

Sala das Sessões, em 30.11.94.

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

A luta por um ensino gratuito, democrático e de boa qualidade deve ser reforçado e reivindicado junto aos governantes.

O DCE é com certeza uma entidade que deverá lutar pela democratização do ensino e por uma sociedade onde todos tenham acesso à escola pública.

Na atual conjuntura as entidades democráticas e populares devem se unir para conquistar a escola pública, de qualidade. É preciso avançar no modelo de organização vigente nos estabelecimentos de ensino para, de fato, conquistar-se uma nova esco-

la, com controle da população, gratuita, de qualidade e com garantia de acesso e permanência aos que ingressarem na rede pública de ensino.

REQUERIMENTO Nº 2637

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Matinhos, no sentido de atender o pedido de proprietários de residências próximas ao cemitério, os quais solicitam reparos nas ruas daquele local. Pedem eles que a solicitação seja atendida, tendo em vista as ruas encontrarem-se em péssimo estado, causando uma série de transtornos a todos.

Sala das Sessões, em 30.11.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2642

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de expediente ao Exmo. Sr. Elerian Zanetti, Presidente da Fundação Educacional do Paraná, solicitando a reforma física (escadarias, paredes e pinturas), reforma hidráulica e elétrica da Escola Municipal Guisila Kus Rieke, localizada na BR-116, KM-22, Município de Fazen- da Rio Grande.

Sala das Sessões, em 30.11.94.

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

A referida escola foi construída há 24 (vinte e quatro) anos. O prédio é patrimônio do Estado do Paraná, sendo a escola municipalizada em 1992, e, não vem tendo as reformas necessárias para a sua manutenção.

No pátio da escola tem um poço que retém a água da chuva e quando esta é de maior intensidade pluviométrica, o mesmo transborda e inunda a sala de aula.

Por tudo isto, esta escola merece ser reformada com urgência.

REQUERIMENTO Nº 2643

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial deste Poder à Secretaria de Estado da Segurança Pública, solicitando policiamento ostensivo volante no Conjunto Residencial Águila, no Município de Pinhais.

Sala das Sessões, em 30.11.94.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento atende a solicitação dos moradores do Conjunto Águila,

no município de Pinhais, preocupados com os crescentes índices de violência na região, envolvendo ações criminosas de toda ordem.

Diante disto, confiamos nas providências da Secretaria de Segurança Pública para assegurar a tranquilidade da referida população.

REQUERIMENTO Nº 2603

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário e em conformidade com o disposto no Art. 55, "caput" e parágrafo único da Constituição Estadual, o envio ao Diretor-Presidente do Banco do Estado do Paraná, BANESTADO, do seguinte

PEDIDO DE INFORMAÇÕES

I. Quais os componentes das Diretorias do Banco del Paraná S/A, desde 1991 e até a presente data? (detalhar nomes, funções e natureza do vínculo funcional com o Estado do Paraná?

II. No BANESTADO, a qual Diretoria está subordinado o del Paraná?

III. Com que frequência é realizada fiscalização e/ou auditoria no del Paraná?

IV. As relações entre instituições financeiras estrangeiras - ainda que subsidiárias - com controladores no Brasil ou mesmo com instituições financeiras outras, no Brasil, são disciplinadas pelo Banco Central do Brasil? Em caso afirmativo, são transmitidas regularmente ao del Paraná, inclusive com o procedimento a ser atendido? Qual o órgão do BANESTADO incumbido desse mister?

V. Que tipo de conta corrente o del Paraná - entidade estrangeira - mantinha no BANESTADO? Se conta corrente de depósitos comum, como se nacional fosse, ou se conta denominada C.C.5 Instituição Financeira Estrangeira? Em qualquer dos casos, indicar as agências.

VI. Além das contas porventura existentes no BANESTADO - v. item anterior - o Del Paraná mantém ou manteve contas da mesma natureza em outros bancos, no Brasil?

VII. Nos termos da legislação bancária paraguaia, a responsabilidade do acionista majoritário - em se tratando de bancos - é limitada ao capital subscrito e integralizado? Em caso negativo, esclarecer a abrangência de tal responsabilidade.

VIII. Se o del Paraná efetuou empréstimo para acionista que participe ou participou da direção daquele Banco, mesmo que tenha sido na modalidade de cheque especial.

IX. Se algum diretor do BANESTADO ou empresa por ele controlada obteve empréstimo junto ao del Paraná.

X. Há notícias de que o del Paraná teria efetuado operações em moeda estrangeira, mediante recebimento do contravalor em cheques para apresentação e resgate futuro. Foram tais cheques honrados na apresentação? Em caso negativo, qual o procedimento adotado?

XI. Ainda com relação ao item anterior - operações em moeda estrangeira cheques para apresentação e liquidação futura:

a) Qual o montante dela?

b) Ocorreram novações?

c) Quais, da espécie, as operações que causam preocupação?

d) Os favorecidos preenchiem os requisitos para concessão do crédito?

e) Havendo resposta positiva: é possível determinar-se em que gestão ocorreram as operações?

XII. Considerando que, como se sabe, diretores do BANESTADO exerciam cumulativamente, funções de diretoria também no del Paraná e, segundo a imprensa, teriam sido beneficiados com empréstimos, esclarecer, caso positivo, onde eram tais empréstimos concedidos - se no del Paraná e/ou no BANESTADO, indicando a natureza do empréstimo, incluindo os chamados cheques especiais com saques sobre limites concedidos.

Sala das Sessões, em 30.11.94.

(a) ALGACI TÓLIO

JUSTIFICATIVA:

A imprensa paranaense tornou públicas denúncias do ex-governador Roberto Requião de operações de empréstimos irregulares feitas pelo Banco del Paraná, em favorecimento a empresários de Cascavel. Segundo o senador eleito, tais operações foram realizadas sem garantias e com registros montados à véspera.

O atual governador, Mário Pereira, por sua vez, denunciou desempenho deficitário do del Paraná e atribuiu irregularidades à gestão do seu antecessor.

Em meio a este "tiroteio" de denúncias, temperado com discussões partidárias e mágoas decorrentes do último pleito eleitoral, padece a população paranaense de efetivos esclarecimentos sobre as denúncias, bem como da punição dos envolvidos em eventuais irregularidades.

O Poder Legislativo, órgão a quem incumbe a função latente de fiscalizar os atos do Poder Executivo, inclusive das empresas com capital público, não pode silenciar frente a tal situação.

Impõe-se a nós, membros da Assembléia, a responsabilidade de acompanhar atentamente os fatos acerca do Banco del Paraná, instituição que, há anos, tem sido objeto de mais variadas denúncias de irregularidades.

Para tal procedimento fiscalizador, imperiosas são as informações solicitadas

através do presente pedido de informações - na forma facultada pela Constituição do Paraná - inclusive, para permitir um melhor conhecimento das operações realizadas pelo referido braço paraguaio do Banco do Estado do Paraná e os procedimentos que as norteiam. Essa instituição - alvo de denúncias - não podem continuar sendo tratada com complacência, sob pena desta Casa passar à condição de conivente com as graves irregularidades que foram e estão sendo denunciadas, envolvendo considerável monta de recursos com participação de capital público.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 412/94
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica criado o Município de Campinho, desmembrado do Município de Ibaiti, conservando as divisas e confrontações do atual distrito administrativo de Campinho, município de Ibaiti, como segue:

"Tem como ponto de partida: Cabeceira do Ribeirão do Meio abaixo até a sua confluência com o Ribeirão do Engano. Deste segue-se, pelo espigão Divisor de água do Ribeirão do Engano com o Ribeirão do Rumo acima até sua cabeceira em frente a antiga estação Ferroviária Arthur Bernardes, junto à estrada de acesso ao Distrito Euzébio de Oliveira. Deste pela estrada até a Rodovia PR-435. Deste pela Rodovia PR-435, no sentido Ibaiti até a estrada de acesso ao bairro Pires. Deste rumo O Oeste até o Ribeirão do Engano. Deste segue-se o Ribeirão do Engano abaixo até o Ribeirão do Salto acima até a Fazenda Paraíso. Deixa-se o Ribeirão e segue-se no rumo O Leste até o ponto de partida."

"II - A área do perímetro urbano do Distrito Administrativo do Campinho, mede 338.800.00m², e tem como ponto de partida: Marco de concreto na divisa com a Manacá S/A Armazéns Gerais e Administração. Partiu-se confrontando com Manacá S/A Armazéns Gerais e Administração com rumo 40 NW à 484,00 metros chega-se a um mourão de canto de cerca. Segue-se a cerca com rumo 86 SW à 700,00 metros chegando em um marco de concreto na beira da cerca. Deixa-se a cerca e segue confrontando com a Manacá S/A - Armazéns Gerais e Administração e José de Oliveira com rumo de 44 SE à 484 metros chegando a um marco de concreto, Deste segue-se confrontando com a Agência Marítima Johnson S/A com rumo de 86 NE à 700,00 metros chegando ao ponto de partida. Confrontações: NORTE: Manacá S/A - Armazéns Gerais e Administração; ao SUL: Agência Marítima Johnson S/A; LESTE: Mana-

cá S/A - Armazéns Gerais de Administração; e OESTE: Manacá S/A - Armazéns Gerais de Administração e José de Oliveira. (Conforme Memoriais descritivos assinados pelo Eng. Civil ROBERTO APARECIDO FÁVERO - CREA/PR nº 7.256-D)."

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.11.94.

(a) NILTON BARBOSA

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está aberta a sessão. Lida e aprovada a Ata.

Não há Expediente a ser lido.

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senhor Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

O Presidente desta Casa, Deputado Orlando Pessuti, recebeu o ofício 1101 enviado pelo Senhor Olímpio de Sá Sotto Maior, Procurador Geral da Justiça e Presidente do Conselho Superior do Ministério Público; cujo o ofício fora enviado cópias aos Senhores Deputados, que eu acho importante que seja colocado o teor desse ofício no Plenário deste Parlamento.

Foi votada nesta Casa, e promulgada posteriormente, a Lei Complementar nº 73 de 23/09/94. Essa lei dizia a respeito da criação de vinte cargos na estrutura do Poder Judiciário, ou seja, a criação de vinte cargos de juizes para o nosso Poder Judiciário.

Após a criação desse cargo foram criados vinte cargos para a função de Promotor Público. E a partir daí gerou-se uma polêmica se devia ou não o Ministério Público solicitar a aprovação da criação desses cargos aqui nesse Parlamento. Uma vez que tinha sido criado por ato do Doutor Olímpio de Sá Sotto Maior Neto, tinha sido criado esses cargos, aí levantou-se a polêmica nessa Assembléia Legislativa se teria o Doutor Olímpio o direito e o poder para assim agir; ou se teria que remeter Mensagem a esta Casa para ser aprovada.

Através deste ofício, já citado, o Doutor Olímpio esclarece a polêmica e nos remete a Lei Estadual nº 5849/68 e a Lei Estadual nº 8623/87. Foi baseado nessas leis o Ministério Público criou os cargos. Passo a ler o que diz o artigo 3º da Lei Estadual nº 5849/68: "A criação de novas Comarcas, seções judiciárias, ou juizes perante os quais deve funcionar agente do Ministério Público, importará na automática criação da Promotoria ou Curadoria respectiva." Portanto este artigo dá o poder e o direito do Ministério Público criar

novos cargos sem passar pela aprovação desta Casa.

Diz o artigo 14 da Lei Estadual nº 8623/87: "Na criação de novas Comarcas, seções judiciárias ou juizes perante os quais deva funcionar agente do Ministério Público, será cumprido o disposto no artigo 3º da lei que já citamos com a data de 68." Portanto, ao ser criado os cargos que aqui gerou polêmica, nada mais fez o Senhor Promotor do nosso Estado, Doutor Olímpio, o Procurador Geral da Justiça aliás, o Doutor Olímpio de cumprir a legislação em vigor. Não teve ele, de acordo com esse ofício, qualquer vontade de se indispor ou de desrespeitar este Poder Legislativo.

Creio que foi importante remeter esse ofício ao Senhor Presidente e enviar cópias aos Senhores Deputados para que, assim, pudesse clarear esta situação que já estava gerando polêmicas nesta Casa.

Portanto, fez o Dr. Olímpio o que dizia a lei que ele deveria fazer, dentro de estrita obediência legal e de direito. E foi assim que ele agiu.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Dentro do Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Dois assuntos nos trazem na tarde de hoje à tribuna para ficar registrado nos Anais desta Casa.

O primeiro deles concernentes a todos nós Deputados. O Conselho Parlamentar do Sul que, em tão boa hora, criado pelos Estados do Mato Grosso, do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul fez com que ao nível nacional representasse os interesses de todos nós do Sul frente à Nação brasileira.

Sabemos perfeitamente bem, e inúmeros Deputados Estaduais já foram Deputados Federais, como no caso o ilustre Deputado José Tavares, e teremos a oportunidade de novos Deputados Federais saindo do nosso meio e chegando a Casa maior de leis deste País, como é o caso do Deputado João Iensen - que o Brasil é dividido entre o Norte e o Sul. O Sul trabalha, paga impostos e sustenta parte do Norte do Brasil. O nosso Sul é realmente aquela parte, aquele quadrante do território nacional que empresta àqueles milhões e milhões de brasileiros irmãos nossos aquilo que nos sobra. São os encargos tributários que, infelizmente, as fiscalizações são feitas tão somente de São Paulo para cá. É o Sul sempre penalizado em tudo aquilo que é feito de obrigação, em tudo aquilo que é benefício à Nação primeiro é levado ao Norte do

País.

Este Conselho Parlamentar do Sul, que é composto por todos os Senhores Deputados desses Estados, esteve agora, neste último período, nas mãos do nosso Presidente Orlando Pessuti. E nós lá estivemos quando o bastão daquela presidência foi passado ao Paraná e na próxima semana estamos passando a presidência do Paraná para o ilustre colega Presidente da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, Deputado Renan.

Não poderíamos deixar de fazer constar no Anais desta Casa a brilhante atuação que teve o nosso Presidente Orlando Pessuti que ao nível nacional, destemidamente, representando os interesses do Sul, lá esteve reclamando a tudo aquilo que é direito nosso.

O Annibelli que foi Deputado Federal sabe perfeitamente o "lobby" que na Câmara os Senhores Senadores e, principalmente, a administração maior deste País para as atenções ao Norte e Nordeste. E, nós aqui do Sul, nas mãos do Conselho Parlamentar, juntamente com toda a diretoria, estivemos reclamando os direitos e principalmente as atenções ao nível nacional a essa parte do Brasil.

E não poderíamos, Senhor Presidente e Senhores Deputados, deixar de dizer que não tão somente à pessoa do presidente, mas todos os componentes que representam este Poder, nas pessoas do Algaci Túlio, do municipalista e Presidente do Bloco Municipalista desta Casa, Deputado Toti Colaço, do Deputado Djalma de Almeida César, deste Deputado que lhes fala e do ex-Deputado Estadual, Nereu Moura que conosco fizeram valer a presença do Sul nos congressos em que nós participamos.

Nós entendemos, Senhor Presidente, que o Brasil é um todo, que o Deputado aqui do Paraná é igual ao do Rio Grande do Norte; que o nosso Estado tem deveres e obrigações, mas também merece as atenções que são dadas ao Estado de Alagoas.

Por isso, neste instante, além de ficar registrado nos Anais desta Casa a brilhante atuação desta representação paranaense, nós pedimos àqueles dois ilustres companheiros e outros mais que irão somar com os trinta representantes nossos na Câmara Alta deste País que continuemos de mãos dadas para assegurar tudo aquilo que realmente é devido ao Sul do Brasil.

O segundo assunto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é para homenagear um grupo de uma família de Ponta Grossa. Família humilde que começou com um simples comércio varejista, cresceu trabalhando diuturna e honestamente e chegou no dia de ontem a entregar a nossa comunidade um dos maiores supermercados do Paraná, dando mostras de que o trabalho, a dedicação, a honestidade e o propósito de servir devem

ser o exemplo a todos nós a ser seguido.

Refiro-me, Sr. Presidente e Srs. Deputados, ao supermercado Tozzeto que, já nos anos de 90, construiu o seu primeiro grande supermercado e no dia de ontem entregou a nossa cidade, ao Paraná e, mais precisamente, à região dos Campos Gerais uma área de doze mil metros construídos, com uma área de comercialização de produtos de mais de cinco mil metros, com uma estocagem, principalmente aqueles gêneros perecíveis, tem em suas câmaras frigoríficas mais de quatro mil metros. Tudo isso dando uma mostra de que a região dos Campos Gerais dá ao Paraná a sua participação no progresso.

Não poderíamos, Srs. Deputados, conhecedores que somos de como começou o Tozzeto, desde o nosso tempo de infância, de quando passamos pela Prefeitura da cidade, de quando passamos a inaugurar uma das primeiras unidades. Então, vimos que realmente o trabalho é o principal fator do progresso.

E foi pelo trabalho dos seus pioneiros, que já não se encontram no seio daquela família, que lá está o Sadi, que lá está o Celso, que lá estão todos eles, dando continuidade àquele pioneirismo da família Tozzeto, oferecendo emprego a centenas e centenas de lares princesinos e oferecendo os seus préstimos a milhares e milhares de seus clientes e fregueses que acreditaram nos Tozzetos e que haverão de dar continuidade para que a família Tozzeto cresça cada dia mais, porque ela crescendo, Ponta Grossa, o Paraná e o Brasil crescerão juntos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Pequeno Expediente com a palavra o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estou dando entrada na Mesa de um Pedido de Informações ao Diretor Presidente do Banco do Estado do Paraná o BANESTADO, ainda em relação ao episódio ao Banco Del Paraná.

Porque, na verdade temos visto várias notícias, lido notícias, alguns esclarecimentos, mas as dúvidas persistem. A imprensa tornou públicas as denúncias do ex-Governador Roberto Requião de operações de empréstimos irregulares feitas pelo Banco Del Paraná, em favorecimento a empresários de Cascavel. Segundo o Senador eleito tais operações foram realizadas sem garantias e com registros montados à véspera.

O atual Governador, Mário Pereira, por sua vez, denunciou desempenho deficitário do Del Paraná e atribuiu irregularidades à

gestão do seu antecessor.

Em meio a esse "tiroteio" de denúncias, temperado com discussões partidárias e mágoas decorrentes do último pleito eleitoral, padece a população paranaense de efetivos esclarecimentos sobre as denúncias, bem como da punição dos envolvidos em eventuais irregularidades.

O Poder Legislativo, órgão a quem incumbe a função latente de fiscalizar os atos do Poder Executivo, inclusive das empresas com capital público estadual, não pode silenciar frente a tal situação.

Impõe-se a nós, membros da Assembléia, a responsabilidade de acompanhar atentamente os fatos acerca do Banco Del Paraná, instituição que, há anos, tem sido objeto das mais variadas denúncias de irregularidades.

Lembro, na minha primeira legislatura, ainda como Governador o Sr. José Richa, continuou no Governo Álvaro Dias, no Governo de Roberto Requião e agora de Mário Pereira. Para tal procedimento fiscalizador, imperiosas são as informações solicitadas através do presente Pedido de Informações, para permitir um melhor conhecimento das operações realizadas pelo referido braço paraguaio do Banco do Estado do Paraná e os procedimentos que as norteiam. Essa instituição - alvo de denúncias - não pode continuar sendo tratada com complacência, sob pena desta Casa passar à condição de conivente com as graves irregularidades que foram e estão sendo denunciadas, envolvendo considerável monta de recursos com participação de capital público.

Por isto este meu Pedido de Informações. Gostaria de saber:

I - Quais os componentes das Diretorias do Banco Del Paraná S/A, desde 1991 e até a presente data? (detalhar nomes, funções e natureza do vínculo funcional com o Estado do Paraná.

II - No BANESTADO, a qual Diretoria está subordinado o Del Paraná?

III - Com que frequência é realizada fiscalização e/ou auditoria no Del Paraná? Se aconteceu alguma auditoria, em que época foi?

IV - As relações entre instituições financeiras estrangeiras - ainda que subsidiárias - com controladores no Brasil ou mesmo com instalações financeiras outras, no Brasil, são disciplinadas pelo Banco Central do Brasil? Em caso afirmativo, são transmitidas regularmente ao Del Paraná, inclusive com o procedimento a ser atendido? Qual órgão do BANESTADO incumbido desse mister?

V - Que tipo de conta corrente o Del Paraná - entidade estrangeira - mantinha no BANESTADO? Se conta corrente de depósitos comum, como se nacional fosse, ou se

conta denominada C.C.5 Instituição Financeira Estrangeira? Em qualquer dos casos, indicar as agências.

VI - Além das contas porventura existentes no BANESTADO - ver item anterior - o Del Paraná mantém ou manteve da mesma natureza em outros bancos, no Brasil?

VII - Nos termos da legislação bancária paraguaia, a responsabilidade do acionista majoritário - em se tratando de bancos - é limitada ao capital subscrito e integralizado? Em caso negativo esclarecer a abrangência de tal responsabilidade.

VIII - Se o Del Paraná efetuou empréstimo para acionista que participe ou participou da direção daquele Banco, mesmo que tenha sido na modalidade de cheque especial.

IX - Se algum Diretor do BANESTADO ou empresa por ele controlada obteve empréstimo junto ao Del Paraná.

X - Há notícias de que o Del Paraná teria efetuado operações em moeda estrangeira, mediante recebimento do contravalor em cheques para apresentação e resgate futuro. Foram tais cheques honrados na apresentação? Em caso negativo, qual o procedimento adotado?

XI - Ainda com relação ao item anterior - operações em moeda estrangeira cheques para apresentação e liquidação futura:

- a) Qual o montante delas?
- b) Ocorreram novações?
- c) Quais, da espécie, as operações que causam preocupação?
- d) Os favorecidos preenchiam os requisitos para concessão do crédito?
- e) Havendo resposta positiva; é possível determinar-se em que gestão ocorreram as operações?

XII - Considerando que, como se sabe, diretores do BANESTADO exerciam cumulativamente, funções de diretoria também no Del Paraná e, segundo a imprensa, teriam sido beneficiados com empréstimos, esclarecer, caso positivo, onde eram tais empréstimos concedidos - se no Del Paraná e/ou no BANESTADO, indicando a natureza do empréstimo, incluindo os chamados cheques especiais com saques sobre limites concedidos.

Palácio XIX de Dezembro.

Sala das Sessões, em 30.11.94

(a) ALGACI TÚLIO

Estes itens do meu pedido de informações que faço e encaminho para a Mesa da Assembléia Legislativa, para que a Casa seja informada. Não há tempo para fazermos CPI nesta Casa, neste período, porque não haveria tempo de concluí-la antes do término do período legislativo.

Por isso me socorro deste pedido de

informações, que espero que a resposta venha ainda por parte deste Governo, que é conhecedor dos trâmites do Banco Del Paraná, destas operações, dessas irregularidades que teriam sido denunciadas, acusadas pela imprensa e denunciadas pelo ex-Governador Roberto Requião e contestadas em outras denúncias feitas, pelo atual Governador do Estado do Paraná.

Então, Senhores Deputados, a Assembleia não pode silenciar. Ela precisa destes esclarecimentos, sob pena de sermos coniventes a tudo que está acontecendo.

Já solicito, Senhor Presidente, o Horário da Liderança do PDT, para que eu possa já conceder um aparte ao Deputado Colombino Grassano, já dentro do Horário da Liderança.

O Sr. Colombino Grassano - Estou acompanhando atentamente o pronunciamento de Vossa Excelência e o adendo que queria fazer ao brilhante discurso e ao requerimento encaminhado à Mesa, Vossa Excelência, no final, fez menção na demora que teria, de 30 dias, para atender a preceito constitucional, demora essa de 30 dias que inviabilizaria naturalmente a resposta para essa legislatura.

Gostaríamos de presenciar nesta Legislatura, a resposta do BANESTADO. Sou um dos que acompanhou todo o trabalho do BANESTADO nesses últimos três anos. Sou crítico permanente do BANESTADO, porque transformar um banco sem banqueiro, num banco quase que irresponsável que teve o principal cliente, um vendedor de cachorro quente.

Sugeriria a V.Exa., Senhor Deputado, que transformasse o pedido de informação em convocação do Presidente do BANESTADO, para que nos próximos dias, possa S.Exa. vir ao Plenário da Assembleia Legislativa, prestar esses esclarecimentos que V.Exa. gostaria que toda Assembleia Legislativa tivesse. E, para facilitar, poderia até mesmo V.Exa. encaminhar essas perguntas para que S.Exa. o presidente do BANESTADO, quando aqui viesse, viesse munido de todos os elementos para dar os esclarecimentos definitivos, concretos, para que terminasse esse estado de coisas, essa dúvida que existe, e, principalmente o que é muito grave, colocando em risco a credibilidade do Banco do Estado do Paraná, porque um banco merece confiança e merece crédito e na hora em que perde essa confiança, poderá haver uma corrida e o Banco do Estado não aguentará qualquer medida por parte dos seus correntistas. Devo adiantar a V.Exa. que Brasília pensa em privatizar os Bancos dos Estados, os bancos oficiais que são braços do Governador, onde ali prevalece a vontade do Governador e não prevalece a vontade do acionista pequeno e só

do acionista maior que é o Governo do Estado. De modo que, queria sugerir a V.Exa., que apelasse para o plenário para que transformasse esse requerimento em convocação do Sr. Presidente do BANESTADO. Creio que todo Plenário aceitará essa ação de V.Exa. se assim V.Exa. achar conveniente.

O SR. ALGACI TÚLIO - Agradeço a contribuição do Deputado Colombino Grassano e tomara que a maioria desse plenário pensasse da mesma forma como pensa V.Exa.. Nós sabemos das dificuldades que temos aqui e quantas vezes tentamos trazer para este plenário Secretários de Estado, diretores de empresas de economia mista, de Banco de Estado, de COPEL, de SANEPAR e sempre encontramos dificuldades na hora da aprovação do requerimento de convocação. No entanto, fica a sua sugestão. Eu, após sair da tribuna, vou consultar os parlamentares antes de oficializar esta entrada desse requerimento na Mesa como pedido de informações.

Quero também, neste momento, dizer que passo às mãos do Líder do Governo - Deputado José Tavares, os pleitos encaminhados ao meu gabinete, nestes últimos dias, em função da Mensagem Governamental encaminhada a esta Casa. Como o Líder do Governo fez um debate e ouviu as classes trabalhadoras, os vários segmentos dos servidores públicos aqui no Plenário e, evidentemente, está acompanhado ao lado do Governador e do Secretário da Administração essa situação toda, me parece mais viável de que nós encaminheemos ao Líder do Governo essas solicitações.

Encaminho, por exemplo, as solicitações e as reivindicações do Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculo de Diversões no Estado do Paraná; do Instituto Ambiental do Paraná; da Associação dos Servidores do Instituto de Pesos e Medidas do Paraná; da Polícia Militar do Estado; da Associação dos Advogados do Poder Executivo e do Sindicato das Classes Policiais Cíveis do Estado do Paraná para que, evidentemente, a Liderança do Governo, faça chegar ao conhecimento do Governo do Estado que já tem conhecimento pela imprensa, pelas manifestações de descontentamento, mas talvez não tenha em mãos, ainda, até mesmo o seu Secretário da Administração, números, dados, da situação atual das várias categorias dos servidores públicos. Como por exemplo, o Sindicato dos Artistas diz que de setembro de 94 a dezembro de 94, da Mensagem - assinada pelo Governador Mário Pereira, eles constatarem uma perda salarial considerável de dois grupos de trabalhadores do Estado: o balet do Teatro Guaíra e a Orquestra Sinfônica do Paraná que aqui esteve, por vá-

rias ocasiões, em sinal de protesto fazendo algumas apresentações. Dos servidores do Instituto Ambiental do Paraná - é um dossiê bastante grande de reivindicações mostrando, claramente, a defasagem salarial que passa esses servidores. Do Instituto de Pesos e Medidas do Paraná, também, da mesma forma, reclamando. A necessidade da concessão de gratificação de produtividade a todos os servidores do IPEM lotados no Estado do Paraná conforme Estatuto constante do processo. Criação do quadro funcional próprio do IPEM a nível de atuação regional, através de grupo de estudo devidamente constituído. Também, ainda, da Polícia Militar do Paraná um memorial em defesa dos capitães e tenentes. Já devidamente esclarecido, aqui, para vários parlamentares, que receberam o mesmo material.

Também, ainda, da Associação dos Advogados do Poder Executivo do Estado do Paraná, por seu Presidente, mandando uma emenda pedindo sua inclusão na Mensagem Governamental do aumento aos servidores públicos para que o "império da justiça" se faça presente nos atos desta Casa. E, por último, ainda, do SINCRAPOL que foi material de pronunciamento meu, nesta Casa, na última segunda-feira.

Por isso nós estamos acreditando e torcendo para que haja o bom-senso, para que prevaleça o bom-senso através do governo do Estado do Paraná, numa reanálise desta Mensagem a esta Casa encaminhada, achando uma solução. Porque o que temos sentido da classe do servidor público é até mesmo, em última instância, a necessidade até de algum movimento grevista.

Queremos que isto não aconteça e para isto nós solicitamos à Liderança do Governo e ao Governo do Estado uma análise a respeito da Mensagem encaminhada a esta Casa.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Não há oradores inscritos no Grande Expediente.

Passamos ao Horário das Lideranças:

PL, PTB, PFL, PP (Todos Declinaram).

PT com a palavra. Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Sr. Presidente,

Srs. Deputados, permitam-me ler aqui um manifesto publicado no Paraná, no mês de agosto de 1993, portanto, há mais de um ano passado.

(Lê):

"Há onze anos, desde o fechamento da barragem de Itaipu estamos lutando por nossos direitos. Naquela época perdemos tudo o que tínhamos com a inundação das ilhas do Rio Paraná para a formação do la-

go Itaipu. Terras, casas, plantações... foi tudo por água abaixo. Desde então não temos terra para plantar, não temos casa para morar. Aquilo que era nosso, que havíamos conquistado sol a sol, nunca mais nos foi devolvido. Estamos cansados desse jogo do empurra-empurra. Por isso, queremos tornar pública a nossa indignação, conclamando a população a solidarizar conosco nesta luta. Paciência tem limite!"

Trecho do manifesto do Movimento dos Ilhéus do Rio Paraná Agosto/93.

Naquela época, Senhor Presidente, Senhores Deputados, manifestei-me nesta Tribuna a respeito do descaso que havia sido dado e que onze anos na época, onze anos após a Usina, a maior hidrelétrica do mundo estar em funcionamento, aquelas pessoas que residiam nas ilhas do Rio Paraná, acima de Salto Sete Quedas, estavam despejadas de suas propriedades sem nenhuma indenização e por isso aquelas duzentas famílias de agricultores, naquela data, julho ou agosto de 93, tomaram uma decisão de ocupar a sede da Itaipu Binacional aqui em Curitiba e por três dias permaneceram dentro da sede da Itaipu aqui em Curitiba.

A partir deste fato começou-se, então, os entendimentos e as negociações assim, através de suas lideranças, procuravam a Itaipu, a Itaipu remetia para a ELETROSUL. Procuravam a ELETROSUL, a ELETROSUL devolvia para a Itaipu e assim por diante, por onze anos foram, vamos dizer assim, enrolados por quem devia a eles o seu direito, onde perderam tudo o que tinham com as enchentes, após o fechamento do Lago de Itaipu.

Após esta ocupação no mês de julho, agosto do ano passado, as negociações iniciaram e eu ocupo a Tribuna nesta tarde para justamente me pronunciar a respeito desse acordo e ao mesmo tempo fazer o devido elogio a atual direção da Itaipu Binacional, através do seu Presidente, Francisco Gomide, por ter assumido e entendido essa problemática daqueles agricultores que por onze anos, agora podemos já somar mais um, doze anos, permaneceram perambulando pelo Estado do Paraná, por outros Estados deste país, sem que as autoridades competentes dessem a devida importância para aquelas mais de mil famílias que deixaram as ilhas do Rio Paraná, muitos tirados à força pelo Exército na época daquela grande enchente, porque com o fechamento do lago, o escoamento da água nas Sete Quedas diminuiu e o chamado remanso após a barragem fechada expulsou das ilhas grande parte ou quase todas, em torno de mil famílias que ocupavam aqueles ilhas e com posse, com propriedades.

Naquela época um levantamento feito pelo ITCF antes da enchente, levantou to-

das as propriedades, os bens patrimoniais, as máquinas, as culturas permanentes, os equipamentos agrícolas, as plantações que os agricultores tinham, isso estava tudo cadastrado no ITCF da época, estava apresentado à Itaipu. E em função da polêmica da construção da Hidrelétrica da ELETROSUL da Ilha Grande um empurrava para outro. Através de dois anos, através de uma organização dos ilhéus, acompanhado por nós pessoalmente, também acompanhado pelo Deputado Ernani Pudell e o Deputado Pedro Tonelli, também pelas entidades lá da região, sindicatos de trabalhadores rurais de Altônia, de Guaíra, de Terra Roxa, de outras cidades, bem como a participação da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Paraná, a FETAEP, em diversas audiências com a Presidência da Itaipu Binacional. E após aquele fato aquela ocupação pacífica no sentido de que a paciência já estava esgotada depois de 11 anos esperando a indenização nós temos que reconhecer a providência da Presidência da Itaipu de entender o problema, de receber a comissão de ilhéus, através também da nossa participação, daquelas famílias que ocupavam o prédio e de iniciar a negociação. E a partir de então agora já há um ano e dois meses passados eu com alegria me pronuncio aqui para dizer que as famílias começaram a receber as suas indenizações.

Em torno de quarenta e sete famílias, há uns dez dias passados, começaram a receber as suas indenizações após esse movimento se organizar com o apoio político de diversas entidades do Estado do Paraná e com o reconhecimento da Itaipu através do seu Presidente. E nós temos que mencionar aqui dois assessores de extrema importância do Presidente da Itaipu que nos acompanharam em todo esse processo de negociação nos estudos feitos, e culminando com esse acordo firmado, e com as indenizações sendo feitas a partir de agora para aproximadamente 400 famílias que se encontram organizadas nesse movimento para receber as suas indenizações, e eu cito o Professor Senildo e o Doutor Zanellato, assessor jurídico e também o assessor especial do Presidente Gomide, que participaram efetivamente neste processo.

Então, Senhor Presidente e Senhores Deputados, eu quero enfatizar aqui a forma de organização civil da nossa sociedade, que por 11 anos teriam que ter desistido, muitos deles trabalhando de bóias-frias, sem condição de fazer uma viagem para uma reunião em Foz do Iguaçu, ou aqui em Curitiba, quando muitas delas foram feitas, se organizaram através das suas entidades, de sua força de vontade e conquistaram o seu direito perdido praticamente depois de 11 anos de espera, de miséria, de fome, espalhando-se por este Paraná e por este Bra-

sil a fora. Então, queremos reforçar este fator importante da organização social para as conquistas dos seus direitos; e sem dúvida nenhuma também dizer de que a sensibilidade do Presidente da Itaipu, Doutor Francisco Gomide, foi um fator fundamental para entender. Tive oportunidade de participar de audiências com outros Presidentes da Itaipu e não tiveram a sensibilidade de perceber no rosto daquelas famílias da miséria, da fome que se alastrava pelos seus lares, e não perceber essa injustiça, que em nome do progresso se trouxe para o Paraná e para o Brasil, mas se trouxe também essa injustiça social para essas famílias que perderam tudo e que estavam jogadas à marginalidade porque não se tinha entendimento de que o remanso de uma barragem fosse uma questão dispensável de atenções, porque em nenhum ato, em nenhum fato desse ocorrido nacionalmente não se considerou que após o encerramento do lago, há o chamado remanso para com as propriedades onde em seguida a enchente e o próprio fator da barragem trazem consequências.

Podemos dizer que esse fato abre um precedente ou uma jurisprudência para que as próximas hidrelétricas construídas no Paraná e no Brasil tenham uma forma, através deste caso do Presidente da Itaipu em que ele usou um processo chamado serviço administrativo, de fazer justiça para essas famílias.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, o Paraná se sente vanagloriado por receber esta justiça social com essas famílias, através da Presidência da ITAIPU.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Horário das Lideranças.

PMDB - (Declina).

PSDB - (Declina).

Liderança do Governo. Com a palavra o Deputado José Tavares.

Antes, porém, esta Presidência lembra aos Senhores Deputados que hoje, à noite, às vinte horas, nas dependências do Restaurante Madalosso, estará ocorrendo um jantar beneficente, promovido por nossas esposas através da Associação Paranaense de Senhoras de Deputados Estaduais.

O SR. JOSÉ TAVARES - Srs. Presidentes, nobres Colegas.

Volto à tribuna para discorrer aqui a respeito da mensagem que o Governador Mário Pereira enviou a esta Casa sobre o aumento e a correção de uma série de tabelas do funcionalismo como um todo.

Ontem, fiz aqui um relato de uma Assembléia, de um encontro que esta liderança manteve com as entidades representativas do funcionalismo no início da semana.

Reafirmo o que disse ontem de que o

encontro me deu a certeza de que o conjunto do funcionalismo, ali representado, não tem o menor interesse na fixação de um aumento linear para o conjunto dos funcionários do Estado do Paraná.

E esta é a orientação do Governador Mário Pereira que, felizmente, coincidiu com o que pude sentir no encontro mantido na segunda-feira aqui no Plenarinho.

Agora, à tarde, tenho encontro, como disse ontem, com as áreas do Governo que atuam diretamente na questão de política de pessoal, para vermos se é possível respeitando o limite constitucional de 65% e também levando-se em consideração a capacidade de desembolso do caixa do Tesouro, melhorarmos os índices lineares de 7 e 9%, que a mensagem preconiza para o quadro-geral e para o magistério. O máximo que for possível esta liderança defenderá em termos de índices para essas categorias. E me permitiria incluir aí ainda a Polícia Civil, a Política Militar e evidentemente manter o aumento diferenciado para o conjunto do magistério paranaense.

Acho que se conseguirmos esse intento, se o Governo dispuser de condições financeiras para tal, esta Casa terá condições, tranqüilamente, dentro do exíguo espaço de tempo que nos resta, - oito sessões ordinárias aproximadamente, - de votarmos a matéria e de dar, ainda no mês de dezembro, esse esperado e merecido aumento ao conjunto do funcionalismo do nosso Estado.

Então, gostaria que a Casa refletisse sobre isso para não criarmos, há dois ou três dias do término do período Legislativo, nenhum grande impasse aqui que redundasse no prejuízo ao conjunto do funcionalismo do Estado.

Por estas razões é que tenho procurado manter a Casa devidamente informada de tudo o que estamos fazendo, procurando fazer no sentido, respeitadas as condições do Estado, de melhorar as condições do conjunto do funcionalismo paranaense.

Espero que os meus Colegas estejam compreendendo essas nossas colocações. As manifestações que recebo no Estado inteiro são unânimes na aprovação da mensagem e isto nos dá a certeza de que a mensagem está trilhando o melhor caminho. Como disse o Governador Mário Pereira, o ideal não é isso, mas, sem dúvida alguma, a mensagem é o grande passo, o grande avanço sem expor o futuro governo que, a poucos dias da posse, vai dirigir os destinos do Estado nos próximos quatro anos.

Em nenhum momento o Governador Mário Pereira sequer insinuou com a possibilidade de se fazer algo que exponha o próximo Governo. Não, não faríamos isso jamais, como percebemos que começa a acontecer em determinados Estados da Federação.

O Deputado Anibal me mostrava aqui as

reclamações do Governador Covas contra o Governador Fleury, que teria encaminhado à Assembléia Legislativa um aumento de cento e tantos por cento para o conjunto da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo. Não fazemos isso, absolutamente. A orientação do Governador Mário Pereira é a de obedecer os preceitos constitucionais e levar em alta consideração a capacidade do caixa do Governo do Estado.

Dentro dessas duas realidades, dessas duas premissas, desses dois princípios, tudo o que for possível vamos fazer para melhorar a mensagem que está aqui na Casa.

O Sr. Anibal Khury - V.Exa. me permite um aparte?

(Assentimento)

O Governador Covas reclama do Governador Fleury o índice de 118% dado à Secretaria de Segurança, não a todo o funcionalismo. Ele estabeleceu lá também um sectarismo dentro da proposta de aumento.

E também, na crítica, ainda vai além, dizendo que a um mês ou a dois meses da posse do novo governador era preciso que se estabelecesse um critério que deixasse para o próximo governo resolver essas questões salariais que são ínfimas, até miseráveis, para o próximo governo. Não no final do Governo fazer o que não foi feito em quatro anos.

Eu, Nobre Deputado, dou o meu ponto de vista pessoal. O aumento deve ser linear e para todas as classes do funcionalismo do Estado num limite estipulado por esta Casa ou pelo Governo do Estado para que o próximo Governo, com a responsabilidade de ter sido eleito, promova esse ajuste salarial que deve ser feito para o funcionalismo do Paraná. Porque existem alguns ganhando pouco, outros ganhando regularmente e outros ganhando mais.

Acho que a saída melhor, não é a ideal, evidentemente, mas a saída melhor é estabelecer um nível único, linear para todos os funcionários públicos do Estado do Paraná.

O Sr. Ernani Pudell - V.Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Quero me somar à manifestação de V.Exa., pelo menos na essência. Acho que o raciocínio do Deputado Anibal Khury induz...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Presidência informa ao orador que está na Tribuna que o horário da Liderança está terminado. Concede-lhe mais um minuto ao aparteante para concluir.

O Sr. Ernani Pudell - ...a tese que o

ilustre Deputado Anibal advoga obviamente - já trata de extinguir antecipadamente o Governo que aí está empossado e o seu mandato termina exatamente a 1º de janeiro.

Então, penso que o Governador Mário Pereira tem a responsabilidade de conduzir o Governo até esta data.

Segundo, a mensagem foi enviada a esta Casa, as expectativas que foram criadas. No meu entendimento esta Casa pode promover uma situação de aproximação. O que temos visto é que as maiores reclamações, contra esta mensagem, se situam exatamente naqueles setores do funcionalismo que ficaram com o reajuste muito aquém do esperado, até muito aquém da inflação verificada nos últimos meses do ano.

Entendemos que se houver condições de elaborarmos um diálogo, uma proposta, e criarmos um piso de reajuste um pouco superior ao que estabelece a mensagem governamental, mensagem original, teremos, é verdade, um pequeno acréscimo na despesa de pessoal do Estado.

Mas entendo que perfeitamente em condições de ser absorvidas.

Vi a mensagem, o Governador Mário Pereira, ao que consta, não procura, com esta mensagem, comprometer a capacidade de governabilidade do próximo Governo. Então, acho que estamos muito próximos de uma solução e acho que esta solução passa pela elevação do índice mínimo para todo o conjunto do funcionalismo se permanecerem os reajustes escalonados, estes sim infelizmente porque a expectativa foi criada e penso que eliminar agora a possibilidade de reajustes maiores do que os preteridos pelo futuro Governo, não seria uma solução de bom senso.

Então, nos somamos à manifestação de V.Exa. e nos colocamos à disposição para encontrar um ponto de equilíbrio e de consenso nesta questão.

O SR. JOSÉ TAVARES - Quero agradecer os apartes dos meus nobres colegas, incorporá-los ao meu pronunciamento e, com isto, concluo agradecendo a compreensão de V.Exa. e a atenção de meus nobres Pares.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 45 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor De-

putado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei nº 272/94, constante na Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para os Projetos de Resolução nºs 048, 049, e 050/94, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei nº 325/94, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente, solicitando destaque para a discussão e votação para os Projetos de Lei nº 345/94, constante da Ordem do Dia de hoje. **Aprovado.**

Atendendo as preferências de votação aprovadas pelo plenário, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 03

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 272/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 077/94, que autoriza o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita, ao Ministério Público do Estado, o imóvel situado nesta Capital, no Bairro Mercês, de propriedade do atual Instituto Ambiental do Paraná - IAP. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.O.P.T.C.

O Projeto recebeu, no dia de ontem, e foi por esta Presidência assegurada a votação no dia de hoje. Requerimento de autoria do Deputado Dr. Rosinha, constante do expediente, pede a retirada por cinco sessões do referido projeto **Lê requerimento).** Em votação.

O DR. ROSINHA (Para encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Apresentei este requerimento adiando por cinco sessões pela seguinte razão, o projeto de lei estabelece a mudança do Instituto Ambiental do Paraná para Piraquara. Queremos que, pelo menos, seja feita uma discussão. O que entendo? Entendo que ao transferir o IAP para Piraquara, coloca uma série de servidores daquele Instituto a ter que viajar todos os dias e permanecer no município vizinho de Piraquara, durante o dia todo.

Alega-se, por outro lado, que o Minis-

tério Público necessita de prédio para suas instalações. Reconhecemos essa necessidade e concordamos com ela, mas queremos colocar na mesma mesa, a discussão para ver se não há possibilidade de outro prédio, um outro patrimônio, onde possa ser usado ou pelo Ministério Público, ou pelo IAP, sem ter que uma boa parte dos funcionários públicos do Estado, se locomover até lá. Proporia que nesse período, fosse organizada uma reunião procurando encontrar solução para esse caso, reunindo representantes do atual governo, do próximo, dos servidores daquele Instituto, e da direção do Instituto também, e do Ministério Público, para procurar uma solução. Sabemos que, por exemplo, ali na SUREHMA, na Engenheiro Rebouças, há um prédio em construção, que nunca foi concluído. Se a conclusão daquele prédio se desse dentro de um curto espaço de tempo, seria possível o uso daquele prédio. Sabemos que há outros prédios na cidade que também se encontram desocupados e com uma negociação, acredito que é possível chegar a essa conclusão, sem ter que desvestir um santo para vestir o outro, porque nós vamos vestir o Ministério Público e desvestir principalmente os trabalhadores do Instituto Ambiental do Paraná, que às vezes, quando era no governo Requião, tal mensagem chegava a cheirar uma repressão política, uma vez que aqueles trabalhadores sempre resistiram e lutaram em relação ao governo do Estado.

Resistiram às imposições e lutaram por salário digno, chegando em alguns momentos, à paralização. Cheira, em alguns momentos, perseguição política àqueles servidores.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação o requerimento.

O SR. JOSÉ TAVARES (Para Encaminhar) - Essa mensagem, o governo enviou à Casa, depois de amplas conversações com o Ministério Público, conversações essas que eu, como Secretário da Justiça, na época, participei, porque nós conseguimos viabilizar a cessão de um imóvel ao Poder Judiciário para abrigar condignamente as varas de Execuções Penais que vinham funcionando em espaços absolutamente indignos e também, ao mesmo tempo, o Ministério Público, já que era um pleito antigo. Em relação ao órgão do governo, o IAP, só foi possível isso, porque o governo já havia decidido fazer a sua transferência para Piraquara, num imóvel que já está edificado, inclusive, mobiliado.

Então as consequências desta remoção, evidentemente que vai caber ao governo do Estado, arcar com elas, sobretudo a questão da locomoção dos servidores. O Estado

terá que dar essas condições a esses servidores. Agora, nós entendemos que é da maior importância neste momento, aprovarmos esta mensagem porque com isso, o Ministério Público do Paraná, uma das instituições mais caras para a nossa sociedade, vai ter pelo menos, um espaço digno para os seus membros poderem atuar na defesa dos interesses da sociedade paranaense.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Em votação o requerimento de retirada por 5 (cinco) Sessões, de autoria do Deputado Florisvaldo Fier.

Os Senhores Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão.

Rejeitado o Requerimento.

Está em 2.^a votação o Projeto de Lei nº 272/94.

O SR. DR. ROSINHA (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Fiz o requerimento e argumentei no sentido de poder ficar mais claro para que a gente pudesse votar com tranquilidade. Disse o líder do governo, que o governo providenciará todos os mecanismos de conforto para que sejam locomovidos até lá, esses servidores.

Isso não está garantido na lei e para ser sincero, não tenho acreditado muito nos governos do nossos governantes, porque não têm dado condições de trabalho aos servidores públicos. Independente de que sejam da União, dos Estados ou de municípios. Os servidores públicos têm sido vítimas.

Então não me sinto em condições de dizer agora se voto favorável ou contrário, uma vez que alguém, provavelmente será vítima nesse processo. E não devemos, como parlamentar, sermos algozes de um ou de outro setor.

Reconheço a necessidade do Ministério Público, não nego, reconheço que tem a necessidade de prédio, tem necessidade de espaço, assim como o Instituto Ambiental também o tem. Portanto, nossa Bancada não se sente esclarecida e em condições de votá-la.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência informa ainda ao Plenário e já conversou a esse respeito com o Líder do Governo Deputado José Tavares que, em se aprovando, evidentemente, este Projeto - como nos parece ser a vontade deste Plenário, há a necessidade de colocar-se em discussão, também, neste Plenário, uma outra Mensagem de autoria do Governo que estabelece a mudança da sede do IAP de Curitiba para a Cidade de Piraquara. Sem o que, também, ficaríamos com as coisas mais embaralhadas do que nos parece. Ocasão em que entendo, Deputados Florisvaldo Fier,

que essas ponderações de V. Exa. poderão, naquele Projeto, ficarem assegurados através de uma emenda que poderá V. Exa. apresentar, na ocasião da transferência desse Instituto, assegurando as condições que deverão ser oferecidas aos servidores do Instituto Ambiental do Paraná.

Esse alerta fizemos hoje ao Deputado e quero acreditar que ele tomará as providências junto à C.C.J. e às demais Lideranças.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Vossa Excelência deu um informe que é necessário que o Governo mande uma Mensagem transferindo a sede. Pois bem, essa Mensagem será votada na atual legislatura?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Pretendemos colocá-la em votação de imediato. Só não o fizemos porque tínhamos que, primeiro, também, aguardar essa posição e não o fizemos porque não tínhamos, ainda o parecer da C.C.J. e de outra Comissão que não me recordo agora. Mas alertamos isso ao Deputado Tavares e ele tomará todas as providências.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Gostaria de ter o compromisso do Líder do Governo que, antes de entrar na Ordem do Dia, tal Mensagem seja discutida, efetivamente, com os servidores daquele Instituto.

O SR. JOSÉ TAVARES (Pela Ordem) - Para esclarecer ao Líder do PT, a Liderança confirma as colocações de V. Exa. e me coloco à disposição do Líder do PT para essa discussão, Deputado Rosinha. Hoje, ainda, vou fazer chegar às mãos de V. Exa. a cópia da Mensagem e a Liderança estará à disposição de todos para discutirmos a Mensagem, o Projeto em si. E que acho que, aí sim, as inquietações dos servidores do IAP estarão, de alguma maneira, contempladas e protegidas.

O SR. ANIBAL KHURY (Pela Ordem) - Pelo pronunciamento do Deputado Rosinha, tem-se a impressão, que Piraquara fica a 500 Km de Curitiba e são apenas 14 Km. É um bairro de Curitiba e não teria lugar melhor para sediar este Instituto que Piraquara. É em Piraquara que se originam os mananciais de fornecimento de água para Curitiba. É um bairro de Curitiba. E, evidentemente, que temos que dar condições para que os funcionários que residem em Curitiba possam ter um transporte gratuito até lá. Mas é aqui, a 14 Km de Curitiba!

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação o Projeto 272. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 31

VOTAÇÃO EM:

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 048/94, de autoria do Deputado Anibal Khury, que autoriza a realização de plebiscito, na área que especifica, para que a população decida sobre a criação do Município de Carambei. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado.**

ITEM 32

VOTAÇÃO EM:

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 049/94, de autoria do Deputado Anibal Khury, que autoriza a realização de plebiscito no Distrito de Porto Novo, a ser desmembrado do Município de Adrianópolis, com limites e confrontações conforme especifica. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, por unanimidade.**

ITEM 33

VOTAÇÃO EM:

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 050/94, de autoria do Deputado Anibal Khury, que autoriza a realização de plebiscito, no Distrito de Tupinambá, a ser desmembrado do Município de Astorga-PR. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Em votação.**

O SR. ANIBAL KHURY (Pela Ordem) - Senhor Presidente, estou aguardando algumas informações do Distrito de Tupinambá para poder justificar a criação desse município e até agora não as tenho em mãos.

Por isso requeiro que seja retirado da Ordem do Dia o projeto até que receba as informações necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Deputado Anibal, como o projeto está em votação daríamos ele aprovado em primeira votação e só retornaríamos à Ordem do Dia a partir do momento em que V. Exa. trouxesse os documentos.

Em votação.

Aprovado, e fica no aguardo da nova documentação.

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 325/94, de autoria do Deputado Djalma de A. César, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Piraí do Sul, o imóvel que especifica. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.O.P.T.C.. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2.^a DISCUSSÃO.**

Apreciar neste turno apenas e tão somente a Emenda aprovada já em 2.^a discussão.

são.

Em votação a Emenda. Aprovada. O projeto irá à Redação Final.

ITEM 05

VOTAÇÃO EM:

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 345/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 116/94, que objetiva criar, na parte permanente do Quadro Geral do Poder Executivo, cargos de provimento efetivo, para serem utilizados pela Universidade Estadual do Centro Oeste - UNICENTRO, com vistas a suprir necessidades emergenciais de pessoal em sua sede e nas Faculdades de Guarapuava e Irati. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.E.C.E.. **Aprovado, artigo por artigo.**

Passaremos ao restante da matéria.

ITEM 02

VOTAÇÃO EM:

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 327/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 055/91, que transforma a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, em autarquia, dotada, nos termos do Art. 7º, inciso I da Lei nº 8485 de 03 de junho de 1987, de personalidade jurídica de direito público, autonomias de gestão administrativas financeiras e patrimonial, tendo vinculado à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente - SEDU. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. EMENDA DE PLÊNARIO COM PARECER DA C.C.J., APRESENTANDO SUBSTITUTIVO GERAL QUE ENGLOBALA AO TODO OU EM PARTES AS EMENDAS DE PLÊNARIO E EMENDA ADITIVA DO PODER EXECUTIVO, ENCAMINHADA PELA MENSAGEM Nº 132/92.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 327/91

P A R E C E R :

Chamada a opinar sobre as emendas ao Projeto de Lei nº 327 de autoria do Poder Executivo, que transforma a Coordenação da Região de Curitiba - COMEC em autarquia, somos pela aprovação da Emenda, nº 01, de autoria do Deputado Anibal Khury e pela rejeição da Emenda nº 02, de autoria da Bancada do Partido dos Trabalhadores, por entender que a Emenda de nº 01 atende de forma mais ampla os interesses do nosso Estado.

Sala das Comissões, em 22.11.94

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
JOÃO IENSEN - Relator

Existe Requerimento de autoria do Deputado Anibal Khury - constante do expediente solicitando destaque para votação da Emenda Substitutiva Geral ao Projeto de Lei nº 327/91, apresentado em 16.11.94 pe-

lo Deputado Anibal Khury e outros Deputados, com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça. Em votação o requerimento. **Aprovado.**

Ainda sobre o mesmo projeto: requerimento de autoria dos Senhores Deputados Ovídio Constantino, Dr. Rosinha, Ernani Pudell, constante do expediente requerem destaque para a votação de emendas ao Projeto de Lei nº 327/91 que transforma a COMEC em autarquia. Este requerimento visa a votação em destaque das emendas nºs: 4, 5, 6, 7, 8, 11, 12, e da sub-emenda supressiva nº 2 ao Substitutivo Geral sobre o Projeto de Lei nº 327/91.

O SR. ANIBAL KHURY (Pela Ordem) - Tenho a impressão de que com a aprovação do meu requerimento solicitando preferência para o Substitutivo Geral, esse requerimento que Vossa Excelência acaba de anunciar está prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Deputado Anibal Khury, o entendimento da Mesa é que se aprovado o Substitutivo Geral estará prejudicando todas as emendas, mas nós não temos como negar ao Deputado Florisvaldo Fier o requerimento para que vote também em destaque.

Agora, o Plenário pode utilizar do recurso de rejeitar o requerimento do Deputado.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - O Requerimento do Deputado Anibal Khury solicita prioridade de votação para o Substitutivo Geral ao projeto de lei, ou ao Substitutivo Geral emenda nº 01 de Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - O Deputado Anibal Khury pede destaque para votação ao Substitutivo Geral apresentado no dia 16/11/94, que teve o seu parecer favorável da CCJ, e que é um substitutivo ao projeto inicial, a emenda aditiva do Governo do Estado, a todas as emendas apresentadas e a todos os substitutivos apresentados. É o Substitutivo Geral de tudo. Aprovado esse Substitutivo Geral todas as demais emendas estarão prejudicadas, inclusive as que Vossa Excelência pede destaque.

Está em votação o requerimento de destaque para as emendas já anunciadas pela Presidência solicitado pelo Deputado Florisvaldo Fier, Ernani Pudell e Ovídio Constantino.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Solicito de Vossa Excelência que a gente vote primeiro o substitutivo, se aprovado ou rejeitado aí tem a necessidade ou não de votar, porque dependendo já nem tem a ne-

cessidade de colocar em votação o nosso requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A aprovação do Substitutivo Geral prejudicará todas as demais emendas e substitutivo.

O SR. JOSÉ TAVARES (Pela Ordem) - Exatamente Senhor Presidente para dizer que o Deputado Rosinha está com a razão porque o Substitutivo Geral, como o próprio nome diz, se aprovado resolverá todas as questões, todas as pendências.

Então, me parece que Vossa Excelência age corretamente, tem que ser colocado em primeiro lugar o substitutivo, se aprovado pelo Plenário liquidou a fatura.

O SR. ANIBAL KHURY (Pela Ordem) - Há uma subemenda ao Substitutivo Geral de autoria da Bancada do PT. Consultaria Vossa Excelência se também essa subemenda ao Substitutivo Geral estaria prejudicada?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Teríamos que colocar essa em votação Deputado porque ela justamente se refere a esse Substitutivo Geral que estamos votando neste momento.

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, gostaria que Vossa Excelência informasse se o Substitutivo Geral do Deputado Anibal Khury absorveu as emendas apresentadas pela Bancada do PT, ou se essas emendas não fazem parte do Substitutivo Geral. Porque se fizerem parte do Substitutivo Geral estão incorporadas, e sendo votado o substitutivo estariam incorporadas naturalmente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Deputado Colombino, a Presidência não tem num momento como esse condições de saber se todas essas emendas, porque teria que fazer a leitura de uma a uma e ver se foram incluídas no substitutivo. Ao que nos consta esse Substitutivo Geral apresentado é fruto de uma série de reuniões e conversações e que se chegou a esse texto inclusive com a concordância dos Prefeitos Municipais, da COMEC e Lideranças Partidárias. E na C.C.J. mereceu a aprovação a esse Substitutivo Geral.

O SR. ALGACI TÓLIO (Pela Ordem) - Acredito até que as emendas do PT já estão dentro de um outro substitutivo, talvez o primeiro de minha autoria dentro desse projeto. Acho que nós estamos começando tudo de novo, na discussão do projeto. Elas já estão superadas no primeiro substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Temos o substitutivo, o último apresentado, que foi apreciado pela CCJ e será colocado em votação.

Senhores Deputados que aprovam o Substitutivo Geral ao Projeto de Lei nº 327/91 permaneçam como estão. **Aprovado.**

Subemenda supressiva ao Substitutivo Geral. Texto da emenda: Suprima-se do parágrafo único do artigo 2º da proposição em epígrafe os seguintes Municípios: Cerro Azul, Doutor Ulysses, Turnas, Tijucas do Sul e Quitandinha. Suprima-se ainda o inciso IV do artigo 4º.

O objetivo, portanto, da emenda é excluir os municípios já mencionados da área de abrangência da COMEC e extinguiu a criação de um cargo de diretor de transporte metropolitano, símbolo DAS-3.

Esta emenda recebeu parecer contrário da CCJ.

Está em votação a subemenda ao Substitutivo Geral.

O SR. DR. ROSINHA - A emenda de nossa autoria que pede a supressão dos municípios de Cerro Azul, Dr. Ulysses, Turnas, Tijucas do Sul e Quitandinha é por uma razão bastante simples que é a seguinte.

A Região Metropolitana de Curitiba foi delimitada a partir de uma Lei Federal nº 1473, compondo-se de 14 municípios, quais sejam: Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Contenda, Colombo, Curitiba, Mandirituba, Quatro Barras, Piraquara, Rio Branco do Sul e São José dos Pinhais.

Esse presente substitutivo delimita a Região Metropolitana de Curitiba incluindo municípios que não se desmembraram desses quatorzes. Então, tem que ser incluídos somente aqueles que se desmembraram desses quatorzes, senão nós estaremos legislando sobre uma Lei Federal e não temos capacidade legal para isso, ou melhor, condição legal.

Então, nesse sentido a gente pede a exclusão desses municípios. Não que queiramos que eles estejam na Região Metropolitana, mas é que a lei federal é que inclui ou não na região metropolitana de Curitiba, ficando incluídos os novos municípios que foram criados "a posteriori", como Pinhais que se desmembrou de Piraquara e os outros municípios desmembrados.

Por esta razão é que nós apresentamos esta emenda.

O SR. ALGACI TÓLIO - Para encaminhar, Senhor Presidente.

(Assentimento)

Senhor Presidente, os municípios citados pelo Deputado Florisvaldo Fier já es-

tão sendo contemplados, já fazem parte da ASSOMEQ, inclusive, da Associação dos Prefeitos da Região Metropolitana, já estão recebendo, já assinaram convênios, já participam há anos como se fossem integrantes efetivos da região metropolitana.

Gostaria de citar aqui um exemplo que está dando o futuro Governador de São Paulo, Mário Covas, em matéria publicada hoje no Jornal do Brasil, onde ele diz: "O governador anunciou ontem as primeiras alterações. Ele pretende criar uma pasta exclusiva para a região metropolitana do Estado, incluindo o Vale do Ribeira".

Quer dizer, São Paulo vai encostar aqui no Paraná no Vale do Ribeira e nós queremos nos afastar. Logo, logo os paulistas atravessam as fronteiras e vão voltar a ocupar as terras que são nossas.

E vejam bem, da capital do Estado até aqui dá 220 km. Curitiba cresce desordenadamente. Fatalmente que estão criando também desordenadamente os municípios mais próximos, que são braços de Curitiba.

Então, é necessário que se mantenha esses municípios como integrantes da região metropolitana.

Nós que participamos de reuniões com os prefeitos, sabemos do interesse deles de continuarem na ASSOMEQ, de continuarem fazendo parte da região metropolitana.

Acho que há de existir esse entendimento. Há o interesse do próprio Governo do Estado que está terminando o seu mandato e, certamente, haverá o interesse também, e temos certeza, do futuro Governador Jaime Lerner.

O SR. GERALDO CARTÁRIO - Para encaminhar, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, sobre a integração da região metropolitana o Deputado Rosinha abordou o assunto analisando a lei federal. Essa lei federal de 1969, quando criou as regiões metropolitanas no Brasil, ela, já naquela oportunidade, deixou alguns municípios, inclusive municípios que faziam vizinhança com Curitiba, fora. Após um trabalho da FAMEPAR, esses municípios foram integrados.

Hoje a região metropolitana, que representa um terço da população do Paraná, realmente está crescendo em todas as direções. Nós temos um problema seriíssimo que é o problema de municípios que hoje têm uma população que ali habita e que têm que usar um outro sistema de transportes.

O sistema de transporte coletivo, hoje comandado pela Coordenação da Região Metropolitana, a COMEC, ela, ao estudar esse projeto integrando os municípios que hoje estão aí para que a Assembléia aprove a sua integração à grande Curitiba, esses municípios estão hoje já mandando a Curitiba uma enormidade de pessoas que vem

trabalhar.

Sabemos que o futuro Governo tem um projeto, pelo menos na prática e já dotado de um sistema de transporte todo diferenciado para que o trabalhador da Região Metropolitana não venha a ter um custo tão alto como tem hoje quando se dirige a Curitiba.

Por esta razão e ainda analisando que Curitiba é uma das cidades que mais cresce no Brasil e que não é só dentro do território de Curitiba, porque o município é relativamente pequeno, mas quando se fala em Curitiba se compreende os demais municípios, é que achamos oportuno quando a COMEC à condição de autarquia que esses municípios sejam contemplados. Os técnicos da COMEC já analisaram desta forma.

Logicamente que, quando o Deputado Algaci Túlio lembra e lê aqui no jornal que até os municípios do Vale da Ribeira de São Paulo vão integrar a região metropolitana da capital numa distância de mais de duzentos km, quando na verdade os municípios que estão aí para integrar a região metropolitana não passam uma distância de 60 km, no máximo 60 km, isto se a sede do município, porque se for na divisa, na confrontação de divisas, não passa de 35 ou 40 km no máximo. Sabemos que Curitiba só poderá crescer com os braços fortes dos municípios da região metropolitana, porque Curitiba apenas, sem esses braços fortes dos seus bairros, especialmente dos municípios da região metropolitana, sinceramente, não poderá, não tem a mínima condição de crescer mais do que já cresceu.

Ainda digo mais, que haveria até, talvez, lá na frente desta Assembléia, apresentar mais uma emenda integrando os municípios do litoral do Paraná, Antonina, Paranaguá, Matinhos, Guaratuba. Esses municípios também deveriam integrar a grande Curitiba.

Agora, peço aos companheiros Deputados, especialmente aos do norte do Paraná e de outras regiões, que considerem esta grande Cidade de Curitiba e que ela precisa dos braços fortes dos municípios que estão aí colocados nesse projeto para aumentarem a região metropolitana.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação.

O SR. DR. ROSINHA - Pela Ordem, Senhor Presidente.

(Assentimento)

O Artigo 21 da Constituição Estadual diz que o Estado instituirá, mediante lei complementar, regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes para integrar a organização, planejamento, execução de funções

públicas de interesse comum, assegurando-se a participação dos municípios envolvidos e da sociedade civil organizada na gestão regional.

Então, a nossa emenda visa a que também ninguém faça qualquer ação de inconstitucionalidade a essa lei. Então, era visando a corrigir, porque esta lei não é uma lei complementar, é uma lei ordinária, uma lei simples. E tem que ser feita a ampliação das regiões metropolitanas no nosso entender, de acordo com o artigo 21 da Constituição Estadual, inclusive por Lei Complementar, que não é o caso.

E como nós dissemos, fere a lei federal de 73, Deputado Geraldo Cartário, não é de 69.

Então, não somos contra o crescimento e desenvolvimento da região metropolitana de jeito nenhum. Não, nós desejamos. Nós só estamos colocando esta questão porque a Assembléia Legislativa pode vir a sofrer uma ação de inconstitucionalidade esse projeto que nós estamos votando.

É só para evitar esse tipo de coisa é que nós estamos apresentando esta emenda.

O SR. GERALDO CARTÁRIO - Senhor Presidente, uma questão de ordem.

(Assentimento)

Só alertando que, realmente, é de 73 a lei, mas não deixa de ter vinte e um anos. Vinte e um anos atrás Curitiba não era a Curitiba de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação a subemenda supressiva de autoria do Deputado Florisvaldo Fier, que retira da constituição da COMEC os municípios já anunciados por esta presidência.

Os favoráveis permaneçam como estão. Os contrários que se levantem. Isto com relação à emenda.

Está rejeitada.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa procederá a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que forem favoráveis à Emenda do Deputado Dr. Rosinha, permaneçam como estão.

Vinte e seis (26) Srs. Deputados são contrários à Emenda.

Os que forem favoráveis queiram levantar-se. Três (03) são favoráveis.

Está rejeitada a emenda e mantida a aprovação do Substitutivo Geral que retornará na Sessão de amanhã em terceira votação.

ITEM 04

VOTAÇÃO EM:

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 302/94, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a Associação dos ex-Moradores do Vale do Ivaí - AEMVI. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

VOTAÇÃO EM:

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 001/94, de autoria do Deputado Edson Silva Lino, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, para a criação do Município de Cruzmaltina, desmembrado do Município de Faxinal-PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO, COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado o Substitutivo Geral, artigo por artigo. O Projeto irá à 3.^a votação amanhã.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 01/94

PARECER:

Essa Comissão de Constituição e Justiça foi chamada a se manifestar com relação à Emenda n° 01 de Plenário, de autoria do Deputado Edson Silva Lino, que altera o artigo 1° do Projeto de Resolução n° 01/94, o qual tem por objetivo autorizar a realização de plebiscito para a criação do município de Cruzmaltina, desmembrado de Faxinal.

Com relação à Emenda, nada encontramos para obstar.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 23.11.94

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

JOÃO IENSEN - Relator

Apoio: Arlindo Troian, Costenaro Neto, Djalma de Almeida César, Alceu Swarowski, Toti Colaço, Nilton Barbosa.

ITEM 07.

VOTAÇÃO EM:

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 407/93, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública, a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Iracema do Oeste. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.**

ITEM 08

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 538/93, de autoria do Deputado Carlos Simões, que concede Título de Cidadão Benemérito ao Sr. José Fernando Macedo. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.**

ITEM 09

VOTAÇÃO EM:

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto Complementar n° 707/93, de autoria do Deputado Duílio Ge-

nari, que altera o Artigo 2º da Lei Complementar nº 56 de 18 de Fevereiro de 1991. (Criação de Municípios). PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.T.I.C.. SUBSTITUTIVO GERAL DO C.C.J..

Sobre o referido Projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Duílio Genari, constante do expediente, solicitando o adiamento de discussão e votação por 05 (cinco) sessões do Projeto de Lei nº 707/94, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.**

Conforme foi definido pela Presidência, o requerimento é colocado em votação na tarde de hoje.

Os Srs. Deputados que aprovam a retirada da Ordem do Dia por cinco (05) sessões do Projeto nº 707/93 permaneçam como estão. **Aprovado e retirado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões do Projeto de Lei nº 707/94.

ITEM 10

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 760/93, de autoria do Deputado Eurides Moura, que declara de Utilidade Pública o Lar Infantil João Leão Pitta, com sede e foro na Cidade de Rolândia. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.**

ITEM 11

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 010/94, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Ortigueira. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.**

ITEM 12

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 099/94, de autoria dos Deputados Renato Adur e Luiz Henrique Bona Turra, que veda a instauração de sindicância policial ou procedimento similar como preliminar de inquérito policial no âmbito da Polícia do Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. E CONTRÁRIO DA S.P..

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões do Projeto de Lei nº 099/94, constante da Ordem do Dia de hoje. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões do Projeto de Lei nº 099/94.

ITEM 13

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 182/94, de autoria do Deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Nova Amoreira - ADECONAM, com sede e foro no Município de Marilândia do Sul. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.**

ITEM 14

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 209/94, de autoria do Deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente Lar da Fraternidade, com sede e foro na Cidade de Palotina. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.**

ITEM 15

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 225/94 de autoria do Deputado Lourenço Fregonese, que torna obrigatório a apresentação do Certificado de Garantia Estadual, fornecido pela Associação das Retíficas de Motores do Estado do Paraná - AREMOPAR, nas licitações públicas realizadas pelo Governo do Estado do Paraná, e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.**

ITEM 16

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 243/94, de autoria do Deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública o Grupo Espírita Fraternidade, com sede e foro na Cidade de Toledo. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.**

ITEM 17

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 269/9, de autoria do Deputado Toti Colaço, que declara de Utilidade Pública Consórcio Intermunicipal de Saúde da Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.**

ITEM 18

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 271/91, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública a APMI - Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Almirante Tamandaré. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.**

ITEM 19

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 297/94, de autoria do Deputado Carlos Simões, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente Emaus de Vila Izaabel, com sede e foro nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.**

ITEM 20

VOTAÇÃO EM:

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 337/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 114/94, que objetiva dar nova redação aos dispositivos das Leis n°s 6.774 de 08.01.86 e 7.047 de 21.11.78 com suas posteriores alterações conforme específica. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.S.P.. **Aprovado.**

ITEM 21

VOTAÇÃO EM:

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 340/94, de autoria do Deputado Carlos Simões, que altera o Artigo da Lei n° 6.017, de 15 de outubro de 1969. (Declara de Utilidade Pública a Associação do Colégio Nossa Senhora de Sion). COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.**

ITEM 22

VOTAÇÃO EM:

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 344/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagens n° 118/94, que autoriza o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita, ao Município de Jacarezinho, o imóvel situado na Rua Marciano de Barros, s/n°, conforme específica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.O.P.T.C.. **Aprovado.**

ITEM 23

VOTAÇÃO EM:

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 350/94, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública a Associação Koala - Proteção Animal, com sede e foro em União da Vitória. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.**

ITEM 24

VOTAÇÃO EM:

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 356/94, de autoria do Deputado Renato Adur, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Campo Bonito. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.**

ITEM 25

VOTAÇÃO EM:

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 363/94, de autoria do Deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, de Lobato. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.**

ITEM 26

VOTAÇÃO EM:

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 373/94, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública

o GRUPOGRAPHIA - Criação e Edição conforme específica. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.**

ITEM 27

VOTAÇÃO EM:

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 375/94, de autoria do Deputado Arlindo Troian, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Nova Tebas. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.**

ITEM 28

VOTAÇÃO EM:

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 376/94, de autoria do Deputado Arlindo Troian, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, do Município de Sarandi. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.**

ITEM 29

VOTAÇÃO EM:

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 377/94, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a Fundação Médico-Assistencial do Trabalhador Rural, de Ivaiporã-PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.**

ITEM 30

VOTAÇÃO EM:

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 015/94, de autoria do Deputado Edson Silva Lino, que altera o Art. 1°, quanto ao nome do Município da Resolução n° 006/92 de 26 de março de 1992, que autoriza a realização de plebiscito para criação do Município que passa a denominar-se Jacutinga do Ivaí desmembrado do Município de Ivaiporã. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.**

ITEM 34

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 148/94, de autoria do Deputado Carlos Simões, que concede o Título de Cidadão Honorário ao Senhor Osni Prates Pacheco. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 49 de 02.05.94)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 148/94

PARECER:

De autoria do Deputado Carlos Simões, o Projeto de Lei n° 148/94, tem por finalidade conceder o Título de Cidadão Honorário ao Senhor Osni Prates Pacheco.

Da análise do referido projeto, em razão de não encontrarmos nenhum óbice de natureza constitucional, regimental ou legal, opinamos favoravelmente.

Sala das Comissões, em 22.11.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

JOÃO IENSEN - Relator

ITEM 35

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 296/94, de autoria do Deputado Anibal Khury, que acresce o § 3º ao artigo da Lei nº 8.935, de 08 de março de 1989. (Referente a abastecimento de água). COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E.M.A.. SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 98 de 16.08.94)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 296/94

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Anibal Khury, o Projeto de Lei nº 296/94, tem por finalidade acrescentar o § 3º ao artigo 3º da Lei nº 8.935 de 08.03.89 (referente a abastecimento de água).

Da análise do referido projeto, uma vez que não encontramos nenhum óbice de natureza constitucional, legal ou regimental, opinamos favoravelmente, em conformidade com a emenda em anexo.

Sala das Comissões, em 18.10.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

JOÃO IENSEN - Relator

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 296/94

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica acrescido novo parágrafo ao art. 3º da Lei nº 8.935, de 7 de março de 1989, com a seguinte redação:

"Art. 3º - ...

§ 3º - Executa-se a proibição deste artigo o parcelamento do solo de alta densidade demográfica, que se destina à implantação de loteamentos e/ou conjuntos habitacionais, em áreas objeto de desapropriação pelo Estado para o reassentamento de pessoas residente em áreas críticas de mananciais, desde que a avaliação de impacto ambiental demonstre sua viabilidade, observadas as demais exigências desta lei.

Art. 2º - Fica acrescido o seguinte artigo à Lei nº 8.935, de 7 de março de 1989, renumerando o subsequente, com a seguinte redação:

"Art. 9º - O Poder Executivo regulamentará o § 3º do art. 3º desta lei no prazo de 30 dias, a contar de sua publicação."

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.10.94.

(a) ANIBAL KHURY

Apoio: Heinz Herwig, João Iensen, Nelson Justus e Nilton Barbosa.

JUSTIFICATIVA:

O presente texto de Emenda à Lei nº 8.935/89 visa, a um só tempo, preservar os mananciais de abastecimento público e viabilizar as políticas de habitação popular.

O levantamento das atuais restrições de legislação a assentamentos humanos vem balanceado, na Emenda proposta, com a exigência de prévia avaliação de impacto ambiental, tal sendo a garantia de que os interesses ambientais mais amplos serão preservados.

O requisito de prévia avaliação atende as exigências ditadas pela Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6938/91 e Decreto nº 99.274/90), estando compatibilizadas, portanto, as políticas de desenvolvimento sócio-econômico com o equilíbrio ecológico das áreas de mananciais do Estado do Paraná.

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE
PROJETO DE LEI Nº 296/94

P A R E C E R:

A matéria ora em análise por esta Comissão Técnica versa sobre o Projeto de Lei nº 296/94, de autoria do ilustre Deputado Anibal Khury, que tem por finalidade acrescentar o § 3º, do artigo 3º, da Lei nº 8.935, de 08 de março de 1989, referente ao abastecimento de água.

A proposta foi analisada no parecer da Comissão de Constituição e Justiça, que pronunciou-se favorável à aprovação da mesma, na forma da Emenda Substitutiva Geral, por ela apresentada.

Nestas condições, seguimos o entendimento da Comissão supra-citada, opinando pelo parecer favorável, na forma do Substitutivo Geral apresentado.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.11.94.

(aa) NEIVO BERALDIN - Presidente

ALGACI TÚLIO - Relator

ITEM 36

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 389/94, de autoria do Tribunal de Contas do Estado, que altera as tabelas de vencimentos do cargo isolado de Consultor Técnico, dos cargos em comissão e funções gratificadas, dos servidores ativos e inativos, do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, ficam reajustados na forma do anexo único desta lei. COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. COM EMENDAS da C.C.J.. (Publ. no D.A. nº 136 de 22.11.94 - Ofício nº 207/94)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 389/94

P A R E C E R:

De autoria do Tribunal de Contas, o Projeto de Lei nº 389/94, tem por finali-

dade reajustar as tabelas de vencimentos dos funcionários do Quadro Pessoal do Tribunal de Contas.

Da análise do referido projeto, não encontramos nenhum óbice de natureza constitucional, legal ou regimental, opinando dessa forma favoravelmente e respectiva a emenda em anexo.

Sala das Comissões, em 29.11.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
JOÃO IENSEN - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 389/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Tribunal de Contas do Estado, tem por objetivo reajustar os vencimentos dos funcionários do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

A matéria já foi analisada e aprovada pela douta Comissão de Constituição e Justiça, chamada a opinar esta Comissão dá o seu parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.11.94.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
JOÃO IENSEN - Relator

EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 389/94
Acrescente aonde couber, o seguinte artigo:

"Art. ... - Ficam criados, no Quadro Pessoal do Tribunal de Contas, 07 (sete) cargos em Comissão DAS-3."

Sala das Comissões, em 29.11.94.

(a) JOÃO IENSEN

Apoiamento: Carlos Simões, Costenaro Neto, Alceu Swarowski, Toti Colaço, Ernani Padell, João Iensen e Erondy Silvério.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Há sobre o mesmo, um requerimento do Deputado Colombino Grassano. Paulo Maia com a palavra.

O SR. PAULO MAIA - A nossa questão de ordem se prende ao fato de que há uma disposição do governo na discussão de uma nova proposta de reajuste de salário para todos os funcionários e como esta proposta pretende alterar a tabela de vencimento dos funcionários do Tribunal de Contas, nós requeremos que este projeto seja retirado da Ordem do Dia, até que se faça a adequação das demais tabelas dos servidores.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A questão de ordem de Vossa Excelência está devidamente contemplada no requerimento do Deputado Colombino Grassano que requer a retirada por três sessões.

Em votação o requerimento.

Aprovado e retirado por 3 Sessões.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sobre a mesa, requerimento nº 2617, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2618 a 2641 de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2633 de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2615, de autoria do Senhor Deputado João Preis, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2616, de autoria do Senhor Deputado Colombino Grassano, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2636, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2604, 2605, 2606 e 2607, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2601, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2620, de autoria do Senhor Deputado Élio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2621 e 2622, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2602, de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2608, 2609 e 2610, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2619, 2624, 2625, 2626, 2627, 2628, 2629, 2630, 2632, 2634 e 2637, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2642, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2635, de autoria do Senhor Deputado João Preis, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2651, de autoria do

Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2640, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Prejudicado.**

Esta Presidência deixa de colocar em votação porque o Projeto está tramitando na C.C.J., não tem pareceres e não tem, também, Regime de Urgência aprovado pelo Plenário. **Restitua-se o requerimento ao autor.**

Requerimento nº 2638, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. ALGACI TÚLIO (Para Encaminhar) -

Aproveitar para, além do cumprimento que fazemos à União dos Escoteiros, para dizer que, nesta Casa, no próximo sábado às vinte horas e trinta minutos, Vossa Excelência estará presidindo uma Sessão Comemorativa a esse evento, para o qual nós convidamos os Senhores Parlamentares.

Sabemos que é um horário difícil, numa data também difícil, mas a Assembléia se sente honrada em ter sido escolhida como local para este evento da União dos Escoteiros do Brasil. Aqui estarão dirigentes de todo o país apreciando este acontecimento.

Por esta razão, quero congratular-me com a Mesa, com Vossa Excelência de ter autorizado aqui, neste Plenário, a realização deste evento.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação. **Aprovado.**

Requerimentos nºs 2639, 2623 e 2643, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2603, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

O SR. ALGACI TÚLIO - Para dizer da minha satisfação de ver o companheiro Ronaldo Botelho que foi Secretário de Justiça do Estado do Paraná, hoje já alçado a mais um cargo a nível nacional, porque foi um grande companheiro. Foi meu vice, candidato a vice-Prefeito no período em que era candidato a Prefeito de Curitiba. Uma figura extraordinária, um coração realmente monstruoso que tem esse companheiro e o trabalho que fez à frente da Secretaria de Justiça que foi dada sequência pelo Deputado José Tavares, realmente muito engrandeceu o Estado do Paraná.

Por esta razão, eu me congratulo com essa colocação agora, com essa posição que alça mais uma vez agora o nosso advogado, companheiro, Ronaldo Botelho, a nível na-

cional também.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Em votação. **Aprovado.**

Algaci Túlio - Pedido de Informações. **Aprovado.**

Evidentemente que este Requerimento será encaminhado através da Secretaria da Fazenda, aonde o mesmo está ligado.

Requerimento nº 2631, de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 01, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 219/94.

3.^a DISCUSSÃO - dos Projeto de Lei nº 327/91 e do Projeto de Resolução nº 001/94.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs: 407, 538, 760/93, 010, 148, 182, 209, 225, 243, 269, 271, 296, 297, 337, 340, 344, 350, 356, 363, 373, 375, 376, 377/94 e dos Projetos de Resolução nºs: 015, 048, 049/94.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs: 327, 364, 365, 366, 367, 386, 392, 393, 394/94.

Levanta-se a sessão.

Ato da Diretoria Geral:

PORTARIA Nº 015/94

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 246 do Regimento Interno, tendo em vista o estabelecido no Art. 16 da Lei nº 10.699, de 29 de dezembro de 1993,

R E S O L V E:

Ajustar o orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei nº 10.699 de 29.12.93, nas rubricadas abaixo:

Cancelar 3111.0100	750.000,00	
Cancelar 3113.0000	150.000,00	900.000,00

Suplem. 3132.1500	750.000,00	
Suplem. 3252.0000	150.000,00	900.000,00

Gabinete da Diretoria Geral, em 30.11.94

(aa) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

ANIBAL KHURY - 1º Secretário